

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: José Diniz Ano XXVIII Jan. 2002 01/01/02 Nº 315 Preço 140\$00/0,70 €

• **Núcleos**

Alcobaça, Coruche e Peniche elegem as suas direcções

página 7

• **Lançamento**

Novo livro sobre as imagens da Guerra Colonial, de Fernando Farinha e Carlos Matos Gomes

página 15

• **Porto**

27.º Aniversário da Delegação com diversas actividades

página 5

• **Legislação**

Actualização das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência

página 17



PORTE PAGO

Audiências

Presidente da Assembleia da República reúne com Órgãos Sociais da ADFA



página 11

Reunião com o general CEMGFA



página 20

DN expõe problemas à CGA

página 10

Na Sede da ADFA 11.ª reunião do CNRIPD

página 13

Delegações



Natal na ADFA



páginas 5, 6, 7 e 8

Ex-combatentes

Lei do tempo de serviço aprovada



página 11

Ministro da Defesa recebe Direcção Nacional

página 20



Rede Nacional de Apoio ao Stress de Guerra

Simpósio organizado pela ADFA

página 11

Dia da Pessoa com Deficiência em Castelo Branco

página 10



Grande Plano

O Jogo da Vida...

São bárbaras as imagens que nos chegam. O pior é que entre bombas e pão vamos achando natural que a mesma máquina voadora lance as duas coisas; somos justiceiros que baste para dizer que as bombas respondem apenas ao covarde ataque do 11 de Setembro mas reclamamos humanidade em demasia para lançar o pão e esquecer que a boca a que é destinado talvez a bomba a feche primeiro.



Jaime Ferreri

É com bombas que se joga a vida neste princípio do século XXI. Não é só no Afeganistão como processo de retaliar os atentados terroristas de Nova Iorque. O que mais dói é a guerra fratricida entre judeus e palestinos. Um nico de terra a partilhar, uma história comum reivindicada, um ódio que se estende em lamentações de séculos. É como se a Matança dos Inocentes se repetisse ano após ano a eternizar a maldade de Herodes. São cada vez mais as crianças as primeiras vítimas desta guerra horrível... Ali pertinho onde os talibãs têm assegurado uma ditadura de ferro também é sobre as crianças que o horror se manifesta. Roubam-lhes a escola, o direito à cidadania, a vida a compor-se de brincadeiras. Metem-lhe nas mãos uma Kalashnikov e forçam-nos a disparar no ódio que não entendem... E à medida que vão perdendo a inocência, que se vão tornando "bichos" à força, disputam um par de sapatos, uma arma em melhor estado, uma guloseima sem proveito. Outras crianças trabalham como escravos desde os cinco, seis, sete anos de idade... Ninguém as protege, ninguém lhes atribui o direito de serem os homens de amanhã. Exigem-lhes apenas metros sem fim de tapeçarias ou cargas que ultrapassam o próprio peso.

Há dois mil anos, em nome da paz para os homens, uma criança nasceu em Belém da Judeia. Foi menino prodígio quando discutia com os doutores do templo, foi filho amantíssimo por amar a mãe que lhe era serva, foi senhor de multidões e deixou-se morrer na cruz provando a injustiça dos homens e a necessidade da sua redenção. Depois...

Foi como se o madeiro que transportou às costas ainda hoje pesasse nos ombros dos judeus que o trabalharam, como se a paz que pregava tivesse partido quando o véu do templo se rasgou ao último suspiro do homem. Parece que sobre a Palestina o sangue derramado clama justiça não tanto por vingança dos deuses mas antes por remorso dos homens. Judeus e palestinos reacenderam uma luta de séculos... Acusam-se mutuamente de terroristas... e pela morte de uma criança matam outra. É uma cadeia de mortes, como se em cada criança existisse um novo cristo, um inocente para pregar no

madeiro. E todos lavam as mãos, as mesmas mãos que hoje apertam um gatilho ou descavilham uma granada...

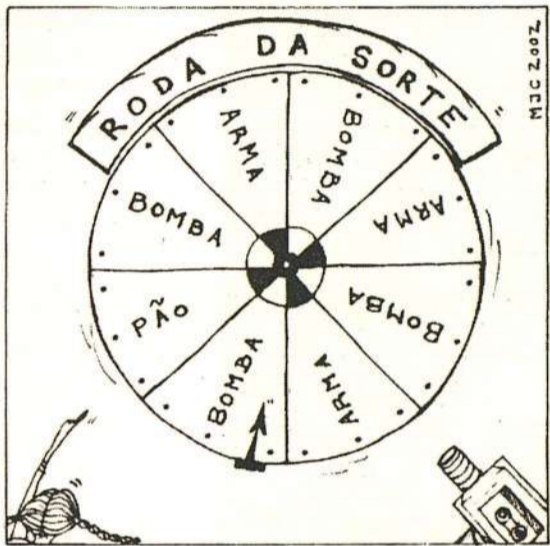
São bárbaras as imagens que nos chegam. O pior é que entre bombas e pão vamos achando natural que a mesma máquina voadora lance as duas coisas; somos justiceiros que baste para dizer que as bombas respondem apenas ao covarde ataque do 11 de Setembro mas reclamamos humanidade em demasia para lançar o pão e esquecer que a boca a que é destinado talvez a bomba a feche primeiro.

O regime Talibã tombou de si, foi-se esborando. Não apenas por ter colecionado inimigos externos até ao exagero mas porque dentro do próprio país os seus membros se arrogavam de poderosos e intocáveis. Chegaram-nos brutais imagens de execuções sumárias; homens e mulheres tombavam

pelo cano duma automática sem qualquer direito a defesa. Para o homem, no fim da vida roubada, havia uma salva de palmas; para a mulher nem a dignidade da morte se lhe atribuí. O ocidente indignou-se com o ataque às Torres Gémeas, mas ficou tempo demais sem se indignar com um país onde jogar futebol ou fazer a barba era pecado que ofendia Alá. Foi pela mão do ocidente que os estudantes de teologia chegaram ao poder... mas foi também pela indiferença do mesmo ocidente que a mulher afegã se escondia na burka e se conformava com o singularíssimo papel que lhe estava reservado. Com a aquiescência do ocidente governava-se um povo pelo terror e

pela ignorância. Eliminada a escola, considerados os professores como inimigos de deus, fácil foi destruir a cidadania, a liberdade, a tolerância.

Nesta guerra, onde as crianças morrem à míngua, de alimentos ou de remédios, a comunicação social persegue os guerrilheiros à procura de Bin Laden e seus esbirros. Tomarão Tora Bora, vasculharão os túneis onde se acoitam os inimigos do mundo; o chefe, o terrorista que daria crédito ao exército que o busca, terá partido para nenhures... e de nenhures haverá sempre uma câmara de filmar a provar que ele é vivo e amedronta a América e o mundo. As crianças vão morrendo e serão cada vez menos notícia para bem delas e das nossas consciências. •



Editorial

Alimentar o espírito



José Diniz

Não sou grande melômano, mas há dias dei por muito bem empregue o tempo que gastei, ou melhor, que ganhei a assistir a um concerto de música clássica no Grande Auditório da Fundação Gulbenkian, graças à iniciativa do Serviço Social da Delegação de Lisboa que tratou das respectivas reservas e a que aderiu um pequeno grupo de associados e trabalhadores da ADFA. Embalado pela música de Mozart, Brahms e Dvorak, há muito que não sentia uma tão grande paz de espírito.

O ELO tem sido porta-voz de outras iniciativas de carácter cultural e desportivo promovidas pelas delegações, talvez ainda de forma incipiente e não sistematizada.

Parece ser chegada a altura de esta faceta da actividade associativa tomar um grande impulso. Uma boa parte dos nossos associados já deixou a vida activa e procura outras formas de passar o tempo. Muitas vezes não sabe como lá chegar e corre o risco de acelerar o declínio caindo na inacção ou em formas menos próprias de gozar a reforma.

Promover excursões, idas ao teatro, aos concertos, ao futebol, visitas aos museus, jantares dançantes, convívios desportivos; criar grupos de teatro, grupos corais ou instrumentais, cursos de artes e de artesanato, equipas desportivas, nem que seja de sueca, incentivar o voluntariado, são actividades que qualquer delegação pode dinamizar.

Ganhava a Associação porque via aumentada a participação dos associados e reforçado o espírito de corpo, ganhavam sobretudo os associados e os seus familiares porque encontravam novas razões de viver e de se sentirem úteis. Muitos não precisariam de muito mais para terem uma velhice digna.

Para além de melhores pensões e da melhoria de outras condições materiais da nossa vida e das nossas deficiências, está na altura de reivindicarmos também alimento para o espírito.

E parece que já vamos precisando mais deste tipo de alimentos do que de pão para a boca. •

Episódios



Santa Clara

A Alta

Quando fui evacuado e internado em Nampula estava realmente num estado lastimoso. Com fracturas múltiplas e ferimentos diversos, tive a "honra" de merecer as atenções da ilustre classe médica - e era vê-los, um por um, a analisar o meu caso, do ponto de vista das diversas especialidades. Isto de virar "caso" tem as suas vantagens e os seus inconvenientes. As vantagens são ser alvo de todas as atenções e ser virado do avesso - não há lesão não registada nem micróbio que escape. As desvantagens advêm de sentirmo-nos como

uma cobaia - vamos lá a ver o que se faz "disto". É alguém tornar-se auxiliar de instrução ou objecto de exposição (sem ter comissão nos bilhetes vendidos).

Ora, depois do ortopedista deitar os seus remendos, do otorrino me espreitar pelas orelhas, de morder (a pedido) um dedo do estomatologista, e de outros de que nem me lembro, eis que surge um jovem alferes médico (foi assim que me apareceu ataviado) que me passou a fazer visita diária. Rosto enigmático, atrás de uns óculos escuros, que melhor ficariam num polícia da secreta. Mal passava da porta do quarto, encostado à ombreira da porta, e a pergunta era sempre a mesma: então, senhor alferes, como se sente? Perante o estranho da figura e a assiduidade da presença, perguntei ao enfermeiro quem era o curioso, e a resposta dele não foi nada tranquilizadora: era o psiquiatra.

Aí pára! Comecei a pensar como me poderia livrar das atenções, decerto louváveis, mas desmoralizadoras, da criatura; cada um tem os seus preconceitos, e

eu não sou excepção. Mas ele lá estava todos os dias, pontual como um antibiótico, apostado em arranjar cliente.

Até que um dia houve uma enchente de pacientes na ala onde eu estava internado. Mais uma daquelas revoadas, desta vez por um caso estúpido de alguém que se lembrou de levar uma bazuca carregada para dentro de uma caserna, com o resultado previsível. Ao sabor da distribuição dos feridos, no quarto ao lado do meu ficou um desgraçado cheio de estilhaços na cabeça, que durante essa noite teve vários ataques e morreu. Claro que não deixou dormir ninguém, e no dia seguinte o moral da ala estava em baixo.

Pela manhã, lá apareceu o meu perseguidor. Reproduzo o diálogo que, sem falsa modéstia, ficou histórico:

- Então, senhor alferes, como se sente?
- Mal! Com esta cena do tipo aqui do lado... Ninguém dormiu...
- Sabe que lhe estão a fazer autópsia e não dão com a causa da morte?
- Aqui pareceu-me rasteira, mas a resposta veio logo:
- Mas isso é óptimo, doutor!



Aí o nosso psiquiatra entrou decididamente no quarto, pensando decerto que, afinal, sempre tinha cliente:

- E porque é que é óptimo, senhor alferes?
- Porque, se não dão com a causa da morte, é porque morreu curado: é um triunfo para a Medicina!
- O pobre doutor engoliu em seco, e nem sorriu. Saiu sem mais uma palavra, e nunca mais voltou.
- E foi assim que tive alta da Psiquiatria. Até hoje. •

Delegação dos Açores

Actividades associativas

A Direcção da Delegação dos Açores foi recebida em audiência pelo director Regional da Solidariedade e Assuntos Sociais, sendo abordadas as obras da Sede e um reforço de subsídio para as mesmas, o Centro de Reabilitação dos Açores e o stress de guerra, e o Quartel da Grotinha.

A Direcção da Delegação foi recebida em audiência pelo director Regional da Solidariedade e Assuntos Sociais, sendo abordadas as obras da Sede e um reforço de subsídio para as mesmas, o Centro de Reabilitação dos Açores e o stress de guerra.

A Direcção da Delegação dos Açores deseja a todos os associados da região em particular e a todos em geral, nomeadamente aos Órgãos Sociais Nacionais, um feliz Natal e um Ano Novo muito próspero. •

Humberto Viveiros

Delegação de Bragança

Comunicação

A Delegação de Bragança chama a atenção dos associados de que devem enviar à sua Delegação uma fotocópia de todos os documentos, quer civis quer militares, assim como os códigos postais actualizados, em virtude de se estar a fazer uma consulta a todos os processos, verificando-se a falta de vários elementos essenciais em muitos deles.

Como estamos no fim do ano de 2001, e nosso entender ainda há muito que reivindicar, principalmente a favor dos mais desprotegidos, assim como melhoria das pensões das viúvas, daqueles que ainda hoje têm uma pensão de 30 e poucos contos referindo-me aos de serviço e não esquecer aqueles que ainda não foram abrangidos por qualquer legislação.

Para todos aqueles para quem a vida tem sido madrastra, um abraço de solidariedade e dizer-lhe continuem a lutar por um direito que é vosso e vos pertence, a Delegação de Bragança está convosco.

Para os associados da ADFA em particular, aos associados da Delegação de Bragança e seus familiares, a Delegação deseja um Feliz Natal e um Ano Novo com muita Paz e Solidariedade. •

A Direcção de Delegação

Delegação de Viseu

Última Hora

Com a realização das Eleições Autárquicas em Portugal, parece estar criado um novo ciclo político, que se espera não venha atrasar, ainda mais, o que por si está, mais que atrasadíssimo!

O quadro descrito vai trazer novos cenários à política portuguesa. Os Combatentes Deficientes das Forças Armadas são responsáveis. Sempre estão com Portugal. Portugal tem que estar à altura de responder aos legítimos anseios daqueles que tudo deram ao serviço da Pátria!

Direitos iguais e uma vida digna para todos. Senhores Governantes, queremos justiça! •

JG

Opinião

Respeito e Dignidade

Mais um ano passou e já lá vão mais de 27 anos depois do Abril risonho de 1974. Tantas esperanças, tantas ambições, mas aos poucos tudo se foi esvanecendo. A liberdade conquistada, com sangue, suor e lágrimas, trouxe a Portugal a democracia, com ela a esperança dos jovens combatentes deficientes das Forças Armadas verem, finalmente, a Nação, a quem serviram, em tempos muito difíceis, na guerra, dar-lhes as devidas reparações. Não podemos esquecer que já estamos a falar de uma guerra que se desenvolveu no século passado! Tudo se tem esfumado!

Os deficientes das Forças Armadas, organizados, tanto em tempo de guerra, como agora e sempre o fizeram, em tempo de paz, dignificam Portugal, não podem é estar toda a vida à espera de verem os seus problemas resolvidos, a não ser que o Governo, e parece que é o que está a acontecer, queira resolver os problemas dos deficientes das Forças Armadas da forma mais fácil. A biológica!

São muitos os problemas legislativos que carecem, uns de actualização, outros de entrar em vigor imediatamente, como seja a rápida actualização das pensões dos deficientes em serviço e direito a juntas médicas por agravamento das deficiências, clarificar as situações de serviço-campanha. O DL 503/99 quer-se abolido, e já! As viúvas dos militares exigem pensões dignas, assim como os pais de militares falecidos, o stress de guerra e em relação ao DL 134/97, de 31 de Maio, exige-se do Governo a promoção para todos os DFA, sem excepção. O DL está mais que debatido pelas diversas entidades militares. Desde 1997 para cá, já passaram mais de quatro anos e tanto o Governo como a ADFA não quiseram, não souberam, fazer aplicar o DL a todos os Deficientes das Forças Armadas.

Anda-se para trás e para a frente, mas o que parece é não haver vontade política para resolver os problemas dos homens que combateram em defesa da Pátria, para a via de um Portugal livre e democrático.

A situação criada, a discriminação entre combatentes, Deficientes das Forças Armadas, é tal que está a criar um mal estar geral em diversos pontos do País, em que nalguns lados já está a atingir proporções de perseguições. As delegações da ADFA têm que estar ao lado dos associados, em tudo que lhes diga respeito. Não vamos permitir que nos dividam e vamos exigir do Governo as actualizações devidas.

O Governo tem que ser responsabilizado por tudo o que possa vir a acontecer! O poder político é responsável por criar situações de injustiça no seio da família deficiente. Aconselha-se a seguir o parecer do Senhor Provedor de Justiça, que dignifica todo o combatente Deficiente das Forças Armadas.

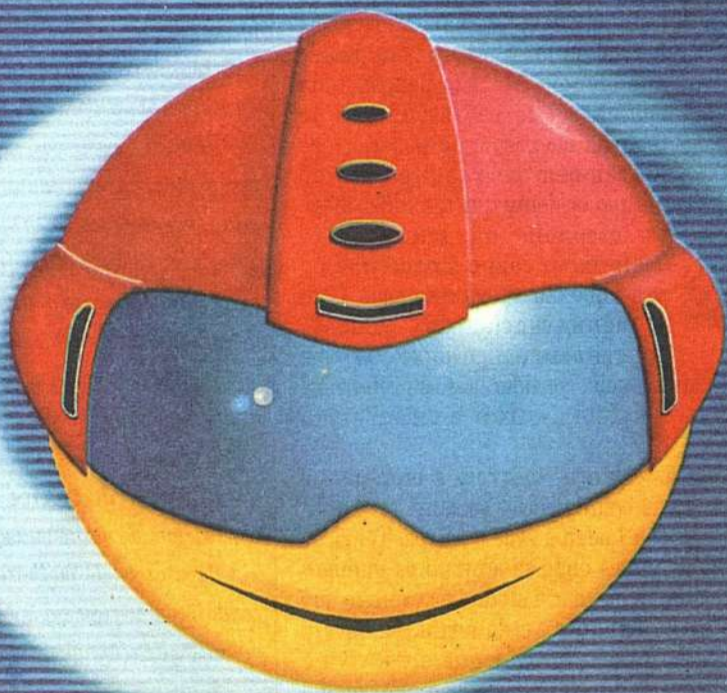
Quero afirmar aqui e dizer à segunda mais alta individualidade do País que os Combatentes Deficientes das Forças Armadas lutaram pela liberdade e pela democracia, não são sequestradores, nem se revêem nessas lutas, apenas querem ser tratados, agora e sempre, com dignidade e os episódios descritos por V. Ex.^a, permita-me dizer-lhe, que foi uma anedota de muito mau gosto, para quem tanta responsabilidade tem no País!

Agora sei porque é que os Homens que combateram por um Portugal livre e sofreram na carne os horrores da guerra, continuam, há mais de 27 anos, depois do Abril libertador a clamar por justiça!

Um Bom Ano •

João Gonçalves

RÁPIDO • FÁGIL • SEGURO



TOTOMIC

O NOVO SISTEMA DE APOSTAS

DA SANTA CASA.



APOSTE AGORA. GANHE JÁ.

27.º Aniversário da Delegação do Porto

A Delegação do Porto celebrou 27 anos de actividade com diversas iniciativas na sua área de influência. Passamos em revista algumas imagens dessas comemorações que reuniram associados, familiares e amigos.



O programa da comemoração do 27º Aniversário da Delegação constou de uma sessão com a participação de representantes dos Órgãos Sociais Nacionais, de membros dos Órgãos Sociais da Delegação do Porto, representantes das Direcções de Bragança, Vila Nova de Famalicão, Viseu e Lisboa em que foram apresentadas as acções desenvolvidas em 2001 e o Projecto de Remodelação e Ampliação das Instalações da Delegação.



Cerca de meia centena de associados e familiares participaram, em Vila Real, no almoço de confraternização realizado no dia 15 de Dezembro. Em ambiente de camaradagem, os presentes alertaram para a necessidade da existência de um Núcleo naquela cidade.



A comemoração do 27º Aniversário da Delegação do Porto abriu com um almoço-convívio em Sever do Vouga, no dia um de Dezembro, que reuniu meia centena de participantes. Em ambiente de confraternização e de alegria, os associados e familiares cantaram os parabéns à Delegação e a esta primeira iniciativa da ADFA em Sever do Vouga.



Em Santa Maria da Feira, no dia oito de Dezembro, uma centena de associados e familiares tomaram parte no encontro anual que se tornou já uma tradição. O presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira deu uma prenda aos associados ao comunicar pessoalmente no início do almoço, a entrega de uma sala para o funcionamento do Núcleo.



Fotografia de família dos participantes no almoço de confraternização dos associados do Distrito de Viana do Castelo. O convívio realizou-se no dia 16 de Dezembro, num Monte de onde se pode desfrutar de uma bonita paisagem.



Mais de uma centena de associados e familiares participaram no jantar comemorativo do 27º aniversário que teve lugar no dia sete de Dezembro, no refeitório da Delegação. O jantar foi animado pelo grupo beneficente dos Amigos dos Pobres de Grijó - Vila Nova de Gaia, o qual proporcionou um espectáculo de variedades.



Em Boticas, no dia 15 de Dezembro, teve lugar o almoço-convívio dos associados e familiares afectos ao Núcleo do Alto Tâmega.



Opinião Delegação do Porto de parabéns

As comemorações do 27º Aniversário da Delegação do Porto iniciaram-se no dia um de Dezembro, com um almoço-convívio em Sever do Vouga.

O presidente da Mesa da Assembleia

Geral, Henrique Rodrigues, disse nesse encontro que todos os associados da Delegação se deveriam sentir orgulhosos e agradecidos para com todos os que ao longo dos 27 anos tinham dado o seu esforço e o seu trabalho em prol da mesma.

Os eventos mais altos do programa das comemorações tiveram lugar do dia sete de Dezembro e constaram de uma sessão que contou com a participação do presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional e do presidente da Direcção Nacional, respectivamente Jorge Maurício e Patuleia Mendes, para além de representantes dos Órgãos Sociais da Delegação, de associados e representantes das Delegações de Bragança, de Vila Nova de Famalicão, de Viseu e de Lisboa.

Nesta sessão, a Direcção da Delegação apresentou um balanço da actividade desenvolvida durante o ano de 2001 e fez a apresentação do Projecto de Remodelação e Ampliação das Instalações. Com este projecto pretende a ADFA que a região norte seja dotada de um equipamento que apoie os deficientes militares na velhice.

À noite teve lugar no refeitório da Delegação um jantar evocativo da efeméride com a presença de mais de uma centena de participantes, entre associados e familiares. A animação esteve a cargo de uma colectividade de Grijó, Vila Nova de Gaia, que apresentou um programa de variedades, em que não faltaram canções populares.

As comemorações destes 27 anos de vida associativa, decorreram ainda em Santa Maria da Feira (oito de Dezembro), em Vila Real e Boticas (15 de Dezembro) e em Viana do Castelo (16 de Dezembro), onde se realizaram almoços de convívio com a participação de algumas centenas de associados e familiares.

Em Santa Maria da Feira e Viana do Castelo ainda se efectuaram missas de sufrágio pelos associados falecidos.

A Delegação do Porto está de parabéns e os seus associados devem sentir-se orgulhosos pela forma como tem sabido defender os valores e os ideais da ADFA.

Opinião

Achegas e desabafos

Festas ou jantares de Natal?

Quando chegamos a esta quadra natalícia, vêm-me à memória, as crianças. São elas a nossa alegria e sentido de viver. São elas, filhos ou netos, hoje mais estes últimos, que nos dão alegrias e tristezas, bem como um motivo muito forte para continuarmos a lutar no dia a dia da nossa vida. Por isso nada mais justo que homenageá-las com uma festa, a elas dedicada, a que chamamos há muitos anos já, a festa de Natal.

Muitas são as iniciativas associativas nesta quadra festiva, mas na minha opinião temos que saber dividi-las, separá-las, ou seja, há festa de Natal e há almoços/jantares de Natal, para já não falar dos almoços ou jantares de convívio de direcções e trabalhadores.

Cingindo-me aos dois primeiros, para aqui afirmar, e para isso há razão para um evento, e esse, é a festa de Natal dedicada aos nossos filhos e netos. Perdoem-me os camaradas que organizam almoços/jantares de Natal pois nada tenho contra, antes pelo contrário, são convívios de sã camaradagem, mas as nossas crianças é que nos deviam ocupar as atenções. Enquanto nós temos ou dois momentos anuais onde nos "devemos" juntar, aniversários nacional e de Delegação, elas não têm nenhum dia estipulado, por isso nada melhor e mais gratificante que dedicar-lhes uma festa, onde recebem um brinquedo, um chocolate, balões, sei lá, lembranças, todas elas expressivas do carinho e amor que nutrimos por elas.

Veio-me à memória, depois de ler no último Elo um artigo do meu amigo Abel Fortuna, os passados e saudosos anos 80, onde como ele diz, se enchia por completo cinemas como o Júlio Dinis e o Vale Formoso. Se ele se recordar, vai lembrar-se com certeza, de três ou quatro festas de natal que as delegações do Porto e Famalicão fizeram em conjunto nesses cinemas, festas essas, em que o dinheiro era pouco, mas a boa vontade e alegria eram muito grandes. Que saudades... Houve um ano, em que até tivemos a companhia, por iniciativa da Delegação do Porto - é bom que se diga, de crianças deficientes mentais. Que lindo foi ver todas juntas, rindo e brincando com o seu brinquedo, na altura bem piores, em qualidade entenda-se, do que hoje.

Os almoços/jantares natalícios não são mais que um pretexto de os "adultos" se reunirem para comer e beber um copo, lembrando histórias antigas. Seja como for, cada um faz o que acha melhor. Talvez esta última hipótese não dê tanto trabalho como a primeira, mas que a festa de Natal das nossas crianças, com todo o trabalho e custos que acarreta, é muito mais gratificante, disso não tenho a mínima dúvida, e é nessa festa que continuaremos a apostar em Famalicão.

27º Aniversário do Elo

Não ficaria bem comigo mesmo, se não dissesse aqui o que penso. É uma pequena "achega" ao meu amigo e jornalista desta Casa, Rafael Vicente. No seu artigo sobre o 27º aniversário do Elo diz a certo passo, "com a participação da Direcção e funcionários da Sede Nacional e da Delegação de Lisboa". Eu pergunto: E os outros, os representantes de Viseu, Famalicão, Faro, Porto, CN e outros mais? Esumaram-se? Esta pequena correcção, vem no sentido de realçar a participação de quem não é de Lisboa, a qual é tanto maior quanto maior é o sacrifício da deslocação, e o "querer" estar presente.

Se calhar amigo Rafael, está a precisar de usar "óculos".

Artistas

Quero deixar aqui expressa, a minha grande admiração e o meu sincero agradecimento "às bailarinas de serviço", Hortinha e Clarinha, as quais foram excepcionais nas suas manifestações de dança, transmitindo a todos os presentes alegria e boa disposição que a todos contagiaram.

Espero ver mais actuações desta grande dupla. Já tenho saudades da actuação. Parabéns.

Direcções de Núcleos

O último Elo traz notícias de várias tomadas de posse de direcções de núcleos.

Como associado e membro já com muita experiência, permito-me chamar a atenção a quem de direito (MAGN? MAGD?) do possível erro, ilegalidade, que está a ser cometido sem

querer, disso tenho certeza absoluta, e que é o seguinte: As direcções de Núcleo, são eleitas mediante a apresentação de listas às direcções de Delegação respectivas, as quais marcam a Assembleia Eleitoral de Núcleo, a qual é presidida pela Direcção de Delegação respectiva.

Após as referidas eleições, a Direcção de Delegação empossa a Direcção de Núcleo.

Face ao que li, repito, no último Elo, estas normas estatutárias não estão a ser seguidas à letra, pelo que eu, leigo, não jurista, deixo a pergunta no ar: são legais os procedimentos adoptados? Estão legais as direcções de Núcleos eleitas conforme noticiado no Elo? Responda-me quem souber.

Nota: esta minha achega só tem por finalidade clarificar método e fazer cumprir os Estatutos, pois é para isso que eles existem, embora a maior parte das vezes, sejam por quase todos atropelados e esquecidos. Eles têm que ser a nossa Bíblia.

Comentários "jocosos" do Sr. Dr. Almeida Santos

Face a tudo que li, posição da DN e artigo do Camarada Santa Clara no Elo, acho que quase tudo foi dito sobre este triste e infeliz tema. No entanto, e porque sai da boca da segunda maior figura nacional, o caso muda de figura. É mesmo muito, muito grave.

O que me parece e muito aqui dizê-lo, é que segundo o que o Sr. Dr. Almeida Santos disse à laia de anedota, é que se o visado "de metetas" não tem fugido largando as mesmas, como afirma, (na óptica do referido Sr. Doutor não era Deficiente mas impostor), passaria a sê-lo, e de alto grau, pois teria sido "atropelado" pela viatura do Sr. Doutor.

Mais grave ainda, poder-se-ia considerar esse acto, um homicídio voluntário, o que era gravíssimo, visto o referido indivíduo a ser apanhado, morrer com toda a certeza com a violência do impacto. Peço no entanto à ADFA, que não dê muita importância ao caso, pois pelo que tenho lido, o Sr. Dr. Almeida Santos, tem ultimamente, como dizia um jornal, inflamado as audiências dos locais por onde tem passado, com posições e opiniões "estranhas", não condizentes com a sua personalidade. Vamos dar-lhe o benefício da dúvida. Julgo que foi uma tirada infeliz, num dia para esquecer, sem querer menosprezar ou amesquinhar os Deficientes Militares.

Foi uma "anedota" que não fez rir ninguém, antes pelo contrário.

Relevemos, mas não esqueçamos. •
Anquises Carvalho

Festa de Natal



Realizou-se no passado dia nove de Dezembro, a já habitual festa de Natal da Delegação de Famalicão dedicada aos nossos filhos (cada vez menos) e aos nossos netos (cada vez mais).

Este ano, e no âmbito descentralizador posto em prática pela Direcção da Delegação, o aniversário da Delegação e a festa de Natal, realizados na cidade e Barcelos, o primeiro na cidade e o segundo na freguesia de Viatodos, no sentido de dinamizar os associados da zona, constituíram os dois maiores eventos associativos internos.

"A festa de Natal teve lugar no salão polivalente dos Bombeiros Voluntários de Viatodos, a qual à parte um pequeno senão de barreiras arquitectónicas, escadas de acesso, tinha todas (ou quase) condições para uma excelente jornada de convívio e uma boa festa, grande e amplo espaço, bom palco e mais ou menos 160 boas cadeiras", referiu o presidente da Direcção da Delegação, Anquises Carvalho.

O salão estava quase lotado com a presença dos associados, filhos, netos e familiares, os quais ocuparam por completo todas as cadeiras, havendo ainda várias dezenas de pessoas em pé. "Talvez não erremos, se dissermos que estiveram todos", referiu o dirigente.

Para esta festa entregaram ficha de inscrição dos seus filhos e/ou netos 67 associados, sendo 167 o número de crianças inscritas até aos 10 anos de idade, às quais foram distribuídos brinquedos, chocolates e balões, tudo isto num saco personalizado com o nome da criança e do respectivo pai ou avô.

O espectáculo a cargo do grupo de Barcelos "A Capoeira", constou de uma bonita peça de teatro infantil, que prendeu a atenção e teve a participação das crianças, fazendo rir tanto crianças como adultos, "aliás, tenho sérias dúvidas de quem se divertiu mais, se as crianças se os adultos", lembra o dirigente, destacando a segunda parte, "onde um acordeonista tocou e encantou os presentes com bonitas e mexidas melodias, pondo algumas das crianças a dançar junto ao palco". •

Benefícios para associados Protocolos

A Delegação de Famalicão enviou ao ELO vários protocolos celebrados com empresas, que constituem diversos benefícios para os associados.

Os associados contam com estes acordos de prestação de serviços de saúde e outros em que a Delegação de Famalicão representou a ADFA.

Serviços de saúde I

A ADFA celebrou um protocolo com a Clipóvoa - Clínica Médica da Póvoa de Varzim, S.A., com sede em Lugar de Penouces, Beiriz, Póvoa de Varzim, para prestação de serviços de saúde aos associados.

A Clínica disponibilizará os meios humanos, materiais e organizacionais para a prestação de cuidados de saúde aos associados da ADFA, nas áreas de ambulatório, internamento e bloco operatório, existentes em todos os seus hospitais e ambulatórios, assegurando o preço da tabela de particulares em vigor, com um desconto de 10 por cento excepto nas ressonâncias magnéticas, TAC - tomografia axial computadorizada, farmácia, armazém geral, anatomia patológica ou outros exames não efectuados pela Clínica.

O desconto não é acumulado com qualquer outro, decorrente de outro sistema ou subsistema de saúde e os beneficiários devem identificar-se, no acto da inscrição, com um cartão pessoal.

A Clipóvoa atende os interessados na Póvoa de Varzim (Lugar de Penouces, Beiriz), em Vila Nova de Cerveira (Estrada Nacional, 13, Vila Meã), em Amarante (Edifício Golfinho) e no Porto (R. Beato Inácio Azevedo, 61/85).

Serviços de saúde II

A Clínica Médico-cirúrgica de Santa Tecla praticará um desconto de 15 por cento sobre a tabela de preços praticada para o público em geral nos serviços de atendimento médico permanente (clínica geral), internamento (quartos, enfermarias, sala de bloco operatório), sala de partos e unidade de vigilância intensiva), medicina física e de reabilitação (tratamentos), exames auxiliares de diagnóstico, radiologia convencional, ecografia e osteodensitometria óssea.

Cuidados de saúde

A ADFA celebrou, com o Hospital da Trofa, um protocolo para a prestação de cuidados de saúde aos associados da ADFA, suas esposas, pais, filhos, genros/noras e netos, bem como aos funcionários da Associação, seus cônjuges e filhos, "em termos de relacionamento preferencial e em condições economicamente mais favoráveis", sendo prestados serviços de consulta externa, urgência, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, fisioterapia, internamento e de blocos operatório e de atos.

Os beneficiários devem identificar-se, no acto de inscrição, com o cartão pessoal.

O Hospital da Trofa pratica um desconto de

15 por cento sobre a sua tabela de actos base não acumulável com qualquer outro decorrente de outro sistema ou subsistema de saúde.

O acordo é válido pelo período de um ano e é extensível à Portoclinica, subsidiária do Hospital da Trofa, sita na Av. Fernão de Magalhães, Estádio das Antas, Porto.

Medicina dentária

Os associados podem usufruir de um desconto de dez por cento nas consultas e tratamentos dentários e de cinco por cento em trabalhos de laboratório, no consultório do médico dentista Luís Claro, em Famalicão.

Os interessados devem identificar-se com o cartão de associado com quotas em dia ou, na sua falta, através de credencial passada pela Delegação respectiva.

Os familiares com direito a ADM, usufruem dos mesmos descontos, desde que se façam acompanhar do cartão de associado do titular e do seu cartão de beneficiário das ADM.

Oculista

A firma Oculista Ouroarte, de Famalicão, efectua um desconto de 15 por cento em armações, lentes e artigos de óptica.

A Optivisão - Óptica, Serviços e Investimentos, S.A., acordou fornecer aos associados, familiares e funcionários da ADFA, descontos na aquisição de óculos graduados (aros e lentes), 20 por cento; lentes de contacto, 15 por cento; óculos de sol, 15 por cento; outro material óptico, dez por cento;

exames visuais, 20 por cento e prioridade na marcação; e na adaptação de lentes de contacto, oferta dos primeiros produtos de conservação, manutenção e esterilização de lentes, quando necessário.

A firma possibilita a aquisição destes produtos (e independentemente dos respectivos descontos) a crédito, em suaves prestações. Ficam excluídos os artigos em campanha ou promoção.

Os trabalhadores ou familiares devem apresentar o cartão da Associação ou outro documento comprovativo do seu vínculo laboral, para obter os benefícios referidos.

Este acordo é extensível a todas as lojas do grupo Optivisão indicadas no protocolo.

Nota importante: nos acordos com a Clipóvoa, Clínica de Santa Tecla e Hospital da Trofa é necessário cartão de assistência médica próprio, que deve ser solicitado pela Sede, delegações ou núcleos à Delegação de Famalicão.

Nos acordos com o dentista, com o oculista Ouroarte e com a Optivisão, basta apresentar o cartão de associado com quotas em dia. •

Consultas na Delegação

Todas as segundas-feiras à tarde há consultas de Clínica Geral na Delegação de Famalicão. As marcações devem ser efectuadas junto da Delegação. •

Núcleos elegem direcções



Direcção do Núcleo de Alcobaça



Direcção do Núcleo de Coruche



Direcção do Núcleo de Peniche

Os núcleos da área de Lisboa, em Alcobaça, Coruche e Peniche, realizaram reuniões plenárias para eleição das suas direcções, o que veio permitir "oficializar" estas estruturas associativas, com a consequente participação no Conselho de Delegação (CD).

Em Alcobaça, a reunião teve lugar no dia 24 de Novembro, num restaurante onde também se realizou um almoço-convívio com 26 associados.

Depois de um ponto de situação sobre a vida associativa e sobre as reivindicações legislativas, foi realçada "a necessidade de incentivar a unidade entre todos os deficientes militares, nesta fase das nossas vidas, no sentido de mantermos o que conquistámos e de defendermos aquilo a que temos direito", como referiu Lopes Dias, cabeça da lista autónoma ao CD. Dos Órgãos Sociais da Delegação (OSD) estiveram também o 1º vogal da Direcção da Delegação (DD), Viriato Lopes.

Dos Órgãos eleitos por unanimidade e aclamação fazem parte os associados Asdrúbal Fortes (presidente), Daniel Silva (1º vogal) e Manuel Amaro (2º vogal). Os suplentes são António Heleodoro e Sílvio Lourenço.

Os associados escolheram ainda os associados António Figueiredo, Aníbal Júlio e Grácio para colaborarem na organização das actividades do Núcleo:

No dia um de Dezembro, em Coruche estiveram presentes 20 associados, com a presença dos representantes da DD, Francisco Janeiro e Fernando Carvalho, da MAGD, Adérito Pinto e José Maria, do CFD, Isaac Rodrigues, e do CD, Lopes Dias e José Salazar.

Além da eleição da Direcção do Núcleo foi também realizada a cerimónia de inauguração das suas instalações, na rua dos Bombeiros, n.º 33, num espaço cuja renda mensal é suportada pela Câmara Municipal de Coruche, também representada pelo seu presidente. O comandante da GNR local também esteve presente, bem como o presidente da Junta de Freguesia de Coruche. Os associados aclamados e eleitos por unanimidade para a Direcção do Núcleo foram: Patrício Santos (presidente), Manuel Pirralho (1º vogal) e José Ferreira (2º vogal). "O autarca considerou que os deficientes militares e os ex-combatentes em geral não devem ter vergonha de se assumir como tal, porque a Guerra Colonial foi injusta e

imposta a todos os portugueses das gerações de 60 e 70", lembrou Lopes Dias.

Com a Junta de Freguesia foi acordado que, nas próximas comemorações da Revolução de Abril, a ADFA vai colaborar nas várias actividades promovidas.

Em Peniche, no dia oito de Dezembro, participaram 20 associados, e os representantes da DD, Francisco Janeiro, Fernando Carvalho e Francisco Sequeira, da MAGD, Adérito Pinto e José Maria, e do CD, José Salazar.

A Direcção do Núcleo é composta pelos associados Horácio Luz (presidente), Luís Pereira (1º vogal) e Manuel Patrício (2º vogal).

Os OSD fizeram, nas três reuniões, um apelo à participação associativa, uma vez que, como disse Lopes Dias, "os nossos direitos podem estar ameaçados e não temos certezas quanto à nossa terceira idade", apontando-se como exemplo a situação do Lar Militar, "que neste momento tem as portas fechadas para os deficientes militares". •

RV

Ecos da Delegação

Participando asseguramos o nosso futuro

Que fazer para revitalizar a vida associativa da nossa delegação, com uma população de 5.000 associados dos quais sensivelmente metade não pagam quotas?

Consciencializar os sócios de que este árduo trabalho que urge efectuar não pode nem deve ser tarefa exclusiva dos órgãos sociais da delegação, mas sim de todos os associados.

A associação é composta por todos os sócios e temos de ser nós os primeiros a preocupar-nos com os nossos problemas, razão por que temos necessidade de manter permanentemente activa a nossa delegação, para que dê resposta positiva à resolução dos mesmos e se mantenha vigilante na defesa dos nossos direitos.

Não compreendo o afastamento de muitos associados justificado por divergências com os órgãos sociais, quando, nessas circunstâncias deveriam lutar nos lugares próprios dentro da sua delegação, exigindo informação e participando na discussão dos problemas que os preocupam, ou em situações extremas desenvolver os mecanismos próprios tendo em vista a sua substituição.

Não compreendo os associados que se acomodam com os tostões da sua pensão, desligando-se por completo da vida associativa, deixando-se envelhecer agarrados ao agravar das suas deficiências sem se preocuparem minimamente com o futuro que os espera, na esperança que "os outros" lutem e trabalhem pelo seu bem estar.

Não compreendo a falta de solidariedade de muitos associados que depois de terem a sua situação resolvida, viraram costas à sua associação, não se preocupando nem com a defesa dos seus direitos, nem com a luta travada por muitos camaradas pela reparação das suas deficiências que, por vários motivos, ainda não foi reconhecida.

A responsabilidade pela revitalização da nossa delegação é colectiva, aos órgãos sociais cabe a responsabilidade de orientar, informar e fazer cumprir os objectivos por eles traçados e apoiados pela maioria dos sócios e aos restantes associados a obrigação de se manterem informados e participarem na discussão dos problemas que os preocupam sempre atentos ao cumprimento dos estatutos da ADFA, das promessas eleitorais e das decisões dos órgãos superiores da ADFA - congresso e assembleia geral nacional.

Com a criação da delegação de Lisboa e ao atingirmos esta idade, será porventura a derradeira oportunidade para nos unirmos e com toda a razão que nos assiste, fazermos da nossa delegação um elo vivo da vida associativa prontos a apoiar os órgãos competentes nas reivindicações das medidas legislativas que nos permitam viver com dignidade e envelhecer decentemente. •

Garcia Miranda

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

UROLOGIA

médico: Dr. Paulo Vale
5ª feira - 9H00 (quinzenal)

GASTROENTEROLOGIA

médico: Dr. Raúl Vieira dos Santos
4.ª - 9H00 (quinzenal)

FISIATRIA

médico: Dr. Barros Silva
4ª feira - 16H00

FISIOTERAPIA

técnico: Carlos Rodrigues

ANÁLISES CLÍNICAS

6ª feira - 9H00 às 10H00

ACUPUNCTURA

especialista: Cmdt Araújo de Brito
2ª, 4ª e 5ª feira das 10H30 às 13H00

MEDICINA DENTÁRIA

Dr. José Eduardo Antunes
3ª feira das 9H00 às 13H00
e das 14H00 às 18H00

Marcações: Elizabete Maria

SERVIÇO PROTÉSICO

técnico de próteses dentárias: Carlos Lopes
4ª feira - 9H00

PSIQUIATRIA

médica: Dra. Margarida Botelho
6.ª - 8H00 às 12H00 (quinzenal)

PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA

Drª Teresa Infante - Todos os dias
Atendimento a crianças, adolescentes, adultos;
orientação vocacional; associados e ex-combatentes afectados pelo Stress de Guerra
Marcações: com a própria

CLÍNICA GERAL

médico: Dr. Fernando Brito,
2ª feira - 13H00 - 5ª feira - 13H15

APOIO AOS SÓCIOS

APOIO JURÍDICO

Dra. Inês Soares Castro
2.ª a 6.ª feira das 9H00 às 13H00
Dra. Maria João Santos
2.ª, 4.ª e 6.ª feira das 9H00 às 13H00

Marcações:

Secretaria / Atendimento
(Ver Horário e Telefone)
Tel.: 21 751 26 00 (Geral)

ACÇÃO SOCIAL

TCor Silvério Rodrigues e Drª. Vera Mouta
2ª feira das 09H00 às 18H00
3ª a 6ª feira das 09H00 às 12H30

HORÁRIO

Expediente 09h00 às 18h00
Intervalo de Almoço 12h30 às 14h00
Serviço de Almoço Segunda a Sexta,
das 12h15 às 14h30
Serviço de Bar Segunda a Sexta,
das 9h00 às 18h00

Consulta de Psiquiatria

A partir do próximo mês de Janeiro reiniciam-se as consultas de Psiquiatria nos Serviços Clínicos da Delegação de Lisboa.

As consultas, de periodicidade quinzenal, vão iniciar-se no dia 18 de Janeiro, sexta-feira, no período das 08h00 às 12h00 e serão prestadas pela médica psiquiatra Margarida Botelho.

As marcações efectuem-se através do número 21 751 2600, para os Serviços Clínicos da Delegação de Lisboa. •

Mensagem de Ano Novo

Os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa reunidos em sessão especial deliberaram enviar uma mensagem a todos os associados aproveitando esta época Natalícia, data propícia para, em conjunto, reflectirmos e reforçarmos os fortes laços de solidariedade que nos unem.

Os Órgãos da Delegação estão certos que neste momento interpretam o sentimento dos associados quanto ao mérito da recente criação da Delegação de Lisboa, que neste curto espaço de tempo despertou consciências, reuniu vontades e renovou esperanças novas para uma total participação da vida associativa.

Constituiu momento de grande relevo associativo a Assembleia Geral Extraordinária da Delegação de 10 do passado mês de Novembro, onde os associados de forma cívica e elevada exprimiram inequivocamente as suas preocupações em relação a todas as injustiças que passados 27 anos, após o final da Guerra Colonial ainda persistem constituindo para nós, militares deficientes razões de revolta pelo não reconhecimento, por parte do estado, dos sacrifícios morais e materiais que nos foram exigidos.

Por isso, o ano 2002 deve constituir para nós um recomeço das nossas principais reivindicações de acordo com as propostas aprovadas na nossa Assembleia Geral e entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, no sentido de serem as mesmas discutidas em Reunião Magna dando, assim, expressão ao decidido no IV Congresso da ADFA.

Por último, desejamos que todos nós, em conjunto, sejamos capazes de num novo momento de esperança reabrir a "janela" da justiça baseada nos princípios da tolerância e solidariedade. •

Natal das Delegações

Delegação de Coimbra



O autarca da Anadia também esteve no convívio

Este ano foi escolhida a zona norte da Delegação de Coimbra, já no Distrito de Aveiro, para a realização do convívio de Natal. Cerca de cem pessoas, entre associados e familiares, convergiram para o Salão Milénio, em Poutena-Vilarinho do Bairro, no dia 15 de Dezembro, para participarem num almoço de convívio que assinalou, de forma animada e fraterna, a quadra festiva do Natal.

Como convidado especial esteve presente o Presidente da Câmara Municipal da Anadia, Litério Marques, um ex-combatente que dirigiu palavras de grande apreço aos deficientes das Forças Armadas e disponibilizou os serviços da autarquia a que preside para apoiar eventuais iniciativas da ADFA a realizar na área daquele concelho bairradino.

Além dos elementos dos órgãos sociais da Delegação e dos presidentes dos Núcleos de Aveiro e de Leiria, participou neste convívio o 1.º secretário da MAGN, em representação dos órgãos sociais nacionais.

O repasto, onde não podia deixar de pontificar um magnífico leitão, foi regado com os néctares (brancos, tintos e espumantes) da Adega Cooperativa de Vilarinho que honrou bem a Região Demarcada da Bairrada.

Não faltou animação musical, uma prenda de Natal da Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro, presidida por Mário Heleno, que, deste modo, se quis associar ao evento. •

JD

Delegação de Évora

A Delegação de Évora realizou, no passado dia 15, a sua festa de Natal para os associados e seus familiares, que decorreu este ano em Évora.

O convívio contou com a presença de cerca de 150 pessoas, entre as quais, como convidados, estiveram presentes o presidente da Câmara Municipal de Évora, o representante do Governo Civil de Évora, o presidente da Junta de Freguesia do Bacêlo, o representante do comandante da Região Militar Sul, o representante da Liga dos Combatentes, o representante da Direcção Nacional, o representante do Conselho Fiscal Nacional, o presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação, o presidente da Direcção da Delegação de Évora, o presidente do Conselho Fiscal de Delegação, o representante da Delegação no Conselho Nacional.

A Festa decorreu em ambiente festivo muito animado. Para além da distribuição de brinquedos aos filhos e netos dos associados, seguiu-se a actuação do grupo de "Cantares de Évora", que foi muito aplaudida. •

A Direcção da Delegação

Delegação da Madeira

A Delegação da Madeira realizou, no passado dia nove de Dezembro, a já tradicional festa de Natal para associados e familiares, que decorreu no restaurante "A Parreira" e que contou com a participação de 180 pessoas (21 convidados, 40 associados, 42 crianças e 78 familiares), e o apoio do Quartel General/Zona Militar da Madeira (QG/ZMM) que disponibilizou uma carrinha para o transporte dos associados. Os Órgãos Sociais da Delegação (OSD) estiveram presentes na sua totalidade, "demonstrando um espírito de união que actualmente se vive na Delegação".

Foram convidadas as mais altas individualidades militares da Madeira, designadamente o comandante-chefe da ZMM, o 2.º comandante da ZMM, o comandante e o 2.º comandante do RG3, o comandante e 2.º comandante da Unidade de Apoio da ZMM e o director do Museu Militar da Madeira.

"A animação musical esteve a cargo do já afamado "Dany", que animou espectacularmente a nossa festa de Natal", referiram os OSD, salientando a presença do Pai Natal, que efectuou a distribuição dos brinquedos oferecidos pela Delegação aos filhos e netos dos associados presentes na festa. Foram efectuados vários sorteios como forma de animar a festa e contribuir para a participação de todos os presentes.



O Pai Natal José Maria Pedroso (Toni)

Delegação de Lisboa

A Sede Nacional e a Delegação de Lisboa realizaram a sua festa de Natal no dia 15 de Dezembro, com um almoço na Sede e com variedades no salão do Lar Militar da Cruz Vermelha, em Lisboa.

A concentração efectuou-se na Delegação de Lisboa, com um almoço que reuniu os Órgãos Sociais Nacionais e da Delegação. O representante do Hospital Militar Principal, António Horta, e o representante da Direcção do Lar Militar, José Afonso, também estiveram presentes, a convite da ADFA.

Mais de 150 pessoas participaram na festa que incluiu distribuição de prendas às crianças pelo Pai Natal, o associado José Maria Pedroso, depois de uma tarde com música e dança, onde também intervieram um ventríloquo e palhaços.

O presidente da DN congratulou-se com a iniciativa, desejando boas festas aos presentes, sendo também referida a excelente participação pelo presidente da Delegação de Lisboa.

A festa prolongou-se até ao fim da tarde, culminando num lanche-convívio.

Delegação de Viseu

Realizou-se, no passado dia 15 de Dezembro, o almoço-convívio de Natal da Delegação da ADFA de Viseu, que contou com a presença de muitos associados e familiares.

Foi o primeiro do novo século e, conve-nhamos dizer, que, apesar de já pertencermos ao século passado, ficou bem provado que não somos velhos e quem esteve presente soube ouvir e apreciar a boa música tocada pelos acordeonistas associados, José Félix e Ernesto Balula e também dos cantadores, que na altura deliciaram os presentes!

Para o ano contamos lá estar novamente!

Delegação de Faro

A Delegação de Faro organizou um almoço-convívio de Natal com associados e familiares, no dia 15 de Dezembro.

As 120 pessoas presentes almoçaram com animação musical, num "dia agradável e bem disposto".

Os Órgãos Sociais Nacionais estiveram representados pelo presidente e 2.º secretário da MAGN, Jorge Maurício e Luís Ramos, tendo participado também os órgãos sociais da Delegação de Faro.

O encontro natalício realizou-se na Cooperativa de Consumo Popular de Faro.

Natal na EMEI e no Regimento de Transmissões

Os associados alojados na Escola Militar de Electromecânica, em Paço de Arcos, Oeiras, receberam a visita do presidente da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, do representante da Direcção Nacional, Santa Clara Gomes, do colaborador Silvério Rodrigues, e da técnica de serviço social, Vera Mouta, num encontro natalício organizado pela Delegação em conjunto com a DN, no dia 18 de Dezembro.

No dia 20 de Dezembro, os associados alojados no Regimento de Transmissões, em Lisboa, também foram visitados pelo presidente da Delegação de Lisboa, acompanhado dos elementos do Serviço de Acção Social daquela Delegação.

Nos dois convívios foram oferecidas várias lembranças e não faltou o Bolo Rei.

A Delegação de Lisboa frisou a importância desta iniciativa, pelo que representa junto daqueles associados que esperam a resolução dos seus problemas. •

RV

Breves

Delegação de Coimbra Conselho de Delegação

Joaquim Alberto Padilha de Oliveira, presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Coimbra, da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, convoca, nos termos do art.º 52º b) dos Estatutos da ADFA, todos os conselheiros da Delegação de Coimbra para uma reunião a realizar no próximo dia 02 de Fevereiro, pelas 10h00, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Apreciar a execução do Orçamento da Delegação referente ao ano 2001; 2) Outros assuntos de interesse. •

Assembleia Geral

Joaquim Alberto Padilha de Oliveira, presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Coimbra da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, convoca, ao abrigo do n.º 1 do art.º 49º dos Estatutos da ADFA, os associados da Delegação de Coimbra para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia 09 de Fevereiro de 2002, às 10h00, na Sede da Delegação, sita na Rua 1º de Maio, 68 R/c - Cv - Fala, 3040-181 Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Apreciação e votação do Relatório de Actividades e Contas e parecer do Concelho Fiscal relativos ao ano de 2001; 2) Outros assuntos de interesse. •

Agradecimento

Os Órgãos Sociais da Delegação de Coimbra agradecem e retribuem os votos de Boas Festas enviados pelos associados. •

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupa Interior

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados
(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

Noel Formas, 26 anos, associado da ADFA, tetraplégico

"O melhor era ir para o Lar Militar"

Há quatro anos numa cama, em casa, o associado Noel Formas, de 26 anos, impressiona-se com a situação que os seus pais vivem. São os seus elos com o mundo, os seus enfermeiros dedicados, são a resposta a todas as necessidades que a sua deficiência apresenta. O ingresso no Lar Militar seria a resposta que traria um futuro melhor.

Noel ficou tetraplégico em Outubro de 1995, num acidente à saída da unidade da Armada onde prestava serviço militar como segundo grumete. "Despistei-me com a mota, por causa de alguma coisa na estrada, e bati com a cabeça", explica, lembrando o acidente que o manteve no Hospital da Marinha e em Alcoitão durante vários meses.

Logo começou a sentir a prisão que o seu próprio corpo passou a constituir, mas nem por isso deixou de apontar metas para o futuro. Liga-se à internet com frequência, está a par das notícias, ouve muita música e sonha conduzir um automóvel. Para isso já fez diversas tentativas de adaptação da sua viatura, "mas é muito caro".

O grau da sua incapacidade é de 95 por cento e há pouco mais de um ano o seu processo ficou concluído, depois de ter conhecido a ADFA, que o "ajudou nas

cadeira de rodas. A porta do quarto está adaptada, mas o resto da casa é apertado para a deslocação da cadeira.

"Numa situação destas é fácil ter preguiça, não querer sair - para onde? - e acomodo-me ao refúgio de casa", afirma. "Quando vim para casa depois do acidente não tinha nada, não possuía quaisquer ajudas técnicas", lembra com mágoa.

Noel já foi operado três vezes e refere que "se fosse apenas parapléxico, talvez o problema fosse enfrentado de outra maneira".

Estar permanentemente acamado pode ser incómodo e doloroso, pelo que "seria desejável que o Noel se distraísse e pudesse ver outras pessoas, o que nesta zona (Penalva, Barreiro) é difícil", refere o pai, Manuel Formas, que, com os seus 65 anos de idade, já se sente debilitado - "o meu



O associado Noel Formas

todas as noites", lamenta.

A mãe já havia contactado o Lar Militar, tendo sido informada sobre a impossibilidade de internar lá o Noel. "Levar o equipamento informático, essencial, para a minha distração, seria um problema, informaram", mas mesmo assim, "gostaria de ir para o Lar, para ter um tratamento continuado e um acompanhamento permanente que não sobrecarregasse os meus pais".

Noel não desistiu dos seus sonhos e "se pudesse, conduzia um carro, com as devidas adaptações", diz, revelando os seus 26 anos que, apesar da deficiência, estão "à flor da pele", numa mente irrequieta que, muitas vezes, está distante. "Já pedi um orçamento para um equipamento mais adequado à condução do carro, mas há limitações financeiras", refere.

Quando a técnica de serviço social da ADFA, Vera Mouta, acompanhada pelo coordenador Silvério Rodrigues, o provoca a reagir, a sair, queixa-se que "falar é bonito, mas fazer é outra coisa...", mostrando alguma da revolta que, naturalmente, traz consigo.

Noel Formas ficou surpreso por saber que os associados residentes no Lar Militar, apesar das suas grandes deficiências, vão ao bar da ADFA, vêm amigos, convivem, tamanho é o isolamento em que se encontra. "É difícil imaginar outra situação e, por vezes, o Lar Militar parece-me distante", desabafa.

Manuel Formas é um pai marcado pela vida e sofre do coração. "Já devia ter feito uma operação, mas está adiada até à entrada do Noel no Lar Militar", sublinha. "Dou graças a Deus por me aguentar, apesar do esforço", comenta, dizendo que não sabe onde foi buscar as forças; "antes queixava-me de espondilose, mas agora tem que ser - é pelo meu filho que luto todos os dias".

Confrontados com a hipótese de deixarem de ter o seu filho junto a si, os pais do Noel referem que "custa se ele tiver que ir, mas temos consciência de que a saúde está a piorar". "Preocupa-me como é que ele viverá, quem tratará dele, quando for mesmo necessário. No Lar Militar sei que ficará acompanhado", conforta-se o pai.

Noel Formas é um exemplo de como qualquer pessoa, neste caso, um militar, pode, em qualquer momento da sua vida, confrontar-se com situações mais radicais e difíceis na vida. A ADFA prontifica-se a procurar respostas a nível nacional e através da Delegação de Lisboa, com contactos que até o próprio presidente da Direcção da Delegação tem estabelecido com a Direcção do Lar Militar. Ainda está em aberto, a situação deste grande deficiente das Força Armadas.

"A DN, em articulação com a Delegação de Lisboa, tem vindo a tentar, infrutiferamente, o diálogo que permita a abertura do Lar Militar a outros grandes deficientes militares que urgentemente carecem de internamento. Vicissitudes várias, a que a ADFA é totalmente alheia, contribuíram para que, contra o prometido, o respectivo Conselho Consultivo nunca tenha reunido durante o mais de um ano que levamos de mandato", realçou o presidente da DN. "A DN sensibilizou já o ministro da Defesa para a situação que urge esclarecer, moralizar e dignificar, antes que possa tornar-se "explosiva" a situação por parte dos deficientes militares residentes no Lar, que a ADFA não abandonará", salientou o dirigente. •

RV



O associado com Vera Mouta e Silvério Rodrigues

diversas etapas do processo".

O seu peso é uma das dificuldades na vida diária que tem obstado à ajuda dos bombeiros. "Eles acham difícil deslocar-me", diz, referindo que tem alugado uma viatura para as suas idas ao hospital. "Para subir com a cadeira de rodas eléctrica para o transporte foi preciso comprar umas rampas especiais", lembra ainda.

A casa também apresenta os seus problemas no que respeita à locomoção de

coração pode falhar". A saúde, "que já não é muita", é o principal problema destes pais que têm acompanhado 24 sobre 24 horas o seu filho.

Noel também está bastante preocupado com a situação e avança que "o melhor era ir para o Lar Militar, em Lisboa", tendo contactado a ADFA para o efeito. O pedido foi efectuado e agora aguarda resposta. "Se não puder lá ficar, não sei como será, o meu pai já não aguenta ter que vir virar-me

jam

equipamentos e serviços para veículos especiais (soc. unip.), lda

todo o tipo de transformações em viaturas e ajudas técnicas para pessoas com deficiência

zona industrial dos padrões - 3740 sever do vouga - portugal
telefone: 23 459 8161 * fax: 23 459 8162 * e-mail: jamacedo@mail.telepac.pt

Nota da Redacção

Na última edição não foi publicado que a Clipóvoa atende os interessados na Póvoa de Varzim (Lugar de Penouces, Beiriz), em Vila Nova de Cerveira (Est. Nacional, 13, Vila Meã), em Amarante (Edifício Golfinho) e no Porto (R. Beato Inácio Azevedo, 61/85), como foi solicitado pela Direcção da Delegação de Famalicão.

Como referido nas "Achegas e Desabafos" de Aníbal Carvalhal, o ELO não mencionou a presença dos representantes das delegações,

Conselho Nacional e outros convidados, na notícia respectiva. Este lapso não significa, contudo, que a sua participação não tenha sido importante, já que para a festa animada muito contribuíram os amigos que fizeram questão de estar presentes.

Não esqueçamos quem tem colaborado para que a informação associativa chegue assiduamente aos nossos associados.

Agradecemos a vossa presença e esta "Achega" dirigida a uma falha involuntária, apresentando as nossas desculpas.

RV

Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

Direitos Humanos e a Pessoa com Deficiência

FARINHO LOPES



O PR assinou o livro de honra da ADFA

"Tendo em conta os princípios da universalidade e da igualdade de direitos fundamentais, proponho-vos quatro ideias força para a acção futura: consciência colectiva; acção concertada; avaliação prospectiva; e co-responsabilidade alargada", foram as linhas gerais da intervenção do Presidente da República, Jorge Sampaio, na Sessão Solene de Abertura do Seminário "Os Direitos Humanos e a Pessoa com Deficiência", no Cine-Teatro Avenida, em Castelo Branco, três de Dezembro.

O encontro, realizado a propósito das comemorações nacionais do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, teve como objectivos proporcionar momentos de reflexão técnica e partilha de experiências, sensibilizar para a integração plena na sociedade dos portadores de deficiência e envolver a comunidade local em actividades desportivas e culturais das pessoas com deficiência.

Quatro ideias força

Jorge Sampaio referiu que "a consciência colectiva dos problemas sociais poderá basear-se na actividade dos grupos e instituições de acção social a nível de freguesia e até de maior proximidade", considerando que "a acção concertada, ou em parceria, de todos os grupos de acção social, das instituições particulares e dos organismos públicos, a partir da esfera local" é um factor importante para a plena integração.

Quanto às actuações dos organismos,

segundo o Presidente, "impõe-se avaliá-las regularmente, a fim de que melhor se adequem aos objectivos". "A co-responsabilidade alargada", ou seja, o "compromisso de todos os grupos de acção social, instituições particulares e organismos públicos, em ordem a que não fiquem de fora quaisquer problemas sociais nem nenhuma pessoa que os sofre", foi outra ideia força proposta pelo chefe de Estado.

"Mãos à Obra"

O Presidente da República já havia inaugurado a exposição de pintura que a ADFA organizou na Sala da Nora, no Cine-Teatro Avenida, acompanhado pelo presidente da DN, Patuleia Mendes, e por todas as entidades presentes.

A exposição integrou os vários quadros pintados aquando do Dia da Pintura ao Vivo na ADFA, integrado no projecto "Mãos à Obra", tendo Jorge Sampaio assinado o livro de honra da Associação e recebido um catálogo da exposição.



A equipa de ciclismo da ADFA transportou a chama da amizade

ADFA na Marcha da Solidariedade

Do programa das comemorações nacionais constou também a Marcha da Solidariedade, que partiu de Viana do Castelo, a 16 de Novembro, destacando-se a sua passagem por Viseu, com a participação activa da equipa de ciclistas da ADFA que, nos dias 30 de

Novembro e um de Dezembro, transportou a Chama da Amizade, recebendo-a das mãos do presidente da Câmara Municipal de Viseu. Na altura, o autarca Fernando Ruas realçou que "fazer esta passagem na nossa cidade é importante; é acrescentar mais um elo a esta cadeia de solidariedade".

A equipa da ADFA, composta pelos ciclistas José Santos, António Tojinha, Luís Baltazar, Farinho Lopes, José Parreira e Francisco Baptista, percorreu toda a cidade, passando pela Delegação da ADFA, onde o seu presidente, João Gonçalves, também interveio, e pela avenida dos Deficientes das Forças Armadas, culminando a participação dos nossos ciclistas junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, em frente ao Regimento de Infantaria 14.

Prémio de Mérito 2000

No dia três de Dezembro, nas instalações do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), em Castelo Branco, teve lugar a cerimónia de entrega do Prémio de Mérito 2000 a empresas que integram

portadores de deficiência nos seus quadros e a cidadãos deficientes que criaram o seu próprio emprego.

O secretário de Estado do Trabalho e Formação, o autarca local e o presidente da Comissão Executiva do IEFP, entregaram os prémios às empresas e cidadãos portadores de deficiência. Os premiados foram Wilson Soares, Joaquim Silva e Maria de Fátima Tavares, sendo galardoadas as empresas Docma - Gestão Documental, Lda. (Águeda), Deficiproduct - Artesanato, Produção e Comércio por Deficientes, Lda. (Ovar) e Joaquim Pereira Mendes e Filhos, Lda. (Ourém), ex-aequo, e REN - Rede Eléctrica Nacional, AS (Lisboa).

O secretário de Estado do Trabalho e Formação referiu as "duas boas ideias associadas neste prémio - premiar o mérito e promover a igualdade de oportunidades" - destacando o papel do Estado, de "assegurar os direitos e deveres destes cidadãos".

No dia quatro de Dezembro foram encerrados o Seminário e as comemorações com a visita do Ministro do Trabalho e da Solidariedade à exposição da ADFA no Cine-Teatro de Castelo Branco. •

Reunião na Caixa Geral de Aposentações

A Direcção Nacional da ADFA reuniu com os elementos da Direcção da Caixa Geral de Aposentações (CGA), Armando Guedes e João Cartaxo, no dia 17 de Dezembro.

A CGA salientou não ter ainda conhecimento do teor da lei do Tempo de Serviço e salientou as dificuldades jurídicas do n.º 2 do art.º 80º do Estatuto da Aposentação, que impede que os deficientes militares contem o seu tempo de serviço na sua aposentação profissional.

Foi abordada a questão dos acidentes e doenças profissionais da Função Pública, sensibilizando-se a CGA para a sua suspensão para os deficientes militares e para a criação de um regime jurídico estruturante que os abranja a todos.

"Relativamente às Pensões de Preço de Sangue, fomos informados de que o MDN pediu parecer à CGA, em resultado da exposição da ADFA sobre a forma como a CGA tem estado a proceder ao cálculo das PPS", realçou o presidente da DN.

"A Direcção da CGA mostrou-se disponível para resolver de imediato a questão da redução das pensões devido à influência dos rendimentos do falecido", comentou o dirigente.

Sobre a demora dos processos na CGA, foi explicado que tal "é contra a vontade da própria CGA que, no entanto, se viu confrontada com o serviço anormal de actualização de cerca de 100 mil pensões, sendo manifestada a intenção de resolver de imediato os casos dos deficientes militares que estejam para publicação", referiu.

Foi tratada a possibilidade de revisão dos processos, quer daqueles casos em que se verifiquem divergências de atribuição de incapacidade pelas juntas superiores a 20 por cento - quer nos casos em que os interessados não respeitaram os prazos para requerer o recálculo da pensão, nos termos do DL 240/98.

Trocaram-se ainda impressões sobre as juntas da CGA, sobre a implementação da RNA e relativamente a retroactivos devidos a Deficientes das Forças Armadas oriundos dos PALOP, a CGA está a equacionar esta situação devido à publicação do acórdão do Tribunal Constitucional que considera desnecessária a nacionalidade para os residentes em território português para a concessão de pensão de DFA.

A Direcção da CGA mostrou-se sensível aos problemas dos deficientes militares, disponibilizando-se para trabalhar com a ADFA na resolução dos mesmos. •



O Presidente da República, acompanhado pelo presidente da DN, visitou a exposição da ADFA

Contagem de tempo de serviço

Novo diploma aprovado

A Assembleia da República votou, no dia 20 de Dezembro, diversos diplomas pendentes, entre os quais foi aprovado por unanimidade o "Regime Jurídico dos Períodos de Prestação de Serviço Militar de Ex-combatentes, para Efeitos de Aposentação e Reforma", que permite a contabilização do tempo de serviço para efeitos de reforma ou aposentação dos antigos combatentes e deficientes militares, respondendo a uma das reivindicações legislativas da ADFA.

A nova lei prevê a contagem do tempo de serviço prestado (por meses e desde a incorporação), incluindo as percentagens de aumento de perigosidade.

O novo diploma prevê ainda que "o valor das quotizações ou contribuições a pagar é apurado com base na remuneração auferida e na taxa à data da prestação do serviço, se o ex-combatente já era subscritor ou beneficiário no momento da incorporação, ou à data da inscrição em qualquer dos regimes do sistema de protecção social, no caso contrário", e não à taxa e ao vencimento actual, como já tem sido praticado. Prevê-se que,

mediante um pagamento substancialmente menor ao Estado, que suporta entre 35 e 80 por cento dos custos, os ex-militares possam ver o tempo de serviço contar para a sua reforma/aposentação. Os beneficiários podem, em alternativa, optar pelo regime da contagem das percentagens do tempo de bonificação (DL 311/97, 13 NOV), suportando também o Estado parte dos custos.

Abrangidos estão os ex-militares mobilizados para Angola, Guiné e Moçambique entre 1961 e 1975, os prisioneiros ou os capturados em combate no Estado da Índia, os que se encontrassem em Timor-Leste entre 25 de Abril de 74 e a saída das Forças Armadas do território, os militares oriundos do recrutamento local e dos quadros permanentes abrangidos por qualquer das situações previstas.

"Aos beneficiários do regime de solidariedade do sistema de Segurança Social é atribuído um complemento de 3,5 por cento ao valor da respectiva pensão por cada ano de prestação de serviço militar ou duodécimo

A lei agora aprovada representa um avanço significativo na reparação aos ex-combatentes. No entanto, para além de não contemplar algumas reivindicações dos ex-combatentes, em geral, e dos deficientes militares, em particular, como é o da contagem do tempo de serviço prestado ao Estado antes da incorporação, contém alguns procedimentos que implicam um processo burocrático complexo a satisfazer num prazo curto.

daquele complemento por cada mês de serviço", estabelece o diploma.

Os formulários dos requerimentos de certidão do tempo de serviço militar (com indicação do tempo de serviço prestado em condições especiais de dificuldade ou perigo) são aprovados por portaria do ministro da Defesa Nacional, devendo ser requerida a contagem do tempo de serviço "à Caixa Geral de Aposentações, aos Centros Distritais de Solidariedade e de Segurança Social, ou nos postos consulares, até 31 de Outubro de 2002".

Segundo o presidente da DN, "da leitura, ainda transversal, da Lei sobressaem alguns constrangimentos, que se desejam episódicos: não é ainda líquida a promulgação e sequente publicação da lei do Orçamento para 2002, onde se encontram hipotecadas as verbas para que o Estado faça frente à sua participação ali prevista, durante o próximo ano; também o não é, em relação à lei agora aprovada, o que lhe retira a eficácia de funcionamento até à data da sua publicação em Diário

da República. Só a partir deste facto é que o MDN poderá publicar a Portaria a que está obrigado, de onde se extraia o modelo de requerimento para que os antigos combatentes peçam a sua contagem de tempo"

"O passo seguinte, entrega dos requerimentos nas instituições de Segurança Social, posterior remessa à Direcção Geral de Pessoal do MDN e sequente divisão pelos ramos das Forças Armadas, que as informarão, deixam", diz o dirigente, "dúvidas sobre se, a 31 de Outubro, todo este processo se encontra concluído. Infelizmente, também conforme se previra, não foi incluída nesta lei a contagem do serviço prestado ao Estado pelos deficientes militares antes da sua incorporação, o que carece de diploma próprio e autónomo."

"Espera-se que a celeridade das decisões, apesar do actual governo se encontrar em gestão corrente, não ponha administrativamente em causa uma lei que deverá fazer justiça e não deverá emperrar por inércia burocrática", destaca o presidente da DN. •

RV

Presidente da Assembleia da República

OSN recebidos em audiência

O ELO noticiou na sua última edição que, na sequência das declarações do presidente da Assembleia da República aquando das comemorações dos 25 anos do 25 de Novembro, que suscitaram indignação na ADFA, alguns associados manifestaram a sua opinião a respeito, tendo sido publicado um texto de um associado, referente àquela situação. Posteriormente, a ADFA remeteu um ofício, que se reproduz na íntegra, ao presidente da Assembleia da República, solicitando uma audiência.

A audiência foi concedida no dia 21 de Dezembro, representando a ADFA o presidente da MAGN, o presidente, o 1.º vice-presidente e o 1.º secretário da DN, o presidente do CFN e o colaborador Silvério Rodrigues. Esclarecida a situação a audiência decorreu com cordialidade, tendo os representantes dos OSN apresentado votos de boas festas.

"Excelência,

A Direcção Nacional da Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA, esteve presente, como convidada, nas diversas jornadas comemorativas "Os militares, as jornadas comemorativas "Os militares, as artes e as letras; os 25 anos do 25 de Novembro: reflexão"; levadas a efeito pela Câmara Municipal de Oeiras.

Na última delas, ocorrida no dia 25 de Novembro, no Auditório Municipal Eunice Muñoz, surpreendeu-nos, durante a intervenção que se dignou proferir, o episódio que

relatou, referente à justa "luta" dos traumatizados de guerra, cegos, tetraplégicos, paraplégicos, amputados e bi-amputados de membros superiores e inferiores, na defesa das suas básicas aspirações, para que o seu estatuto de esquecimento, a que desde sempre vinham sendo votados, se transformasse numa aurora libertadora para a sua auto-estima e o reconhecimento da dignidade que a Nação lhes devia e continua a dever.

Sabemos que a verdade pode ser observada pelos diversos lados de um mesmo prisma



Os Órgãos Sociais Nacionais com o presidente da Assembleia da República

e, nesse sentido, conhecedores da especial sensibilidade de V. Exa., solicitamos-lhe que se digne conceder, com carácter de urgência, uma audiência aos representantes desta Associação, que gostariam de lhe expôr o que os verdadeiros deficientes das Forças Armadas, catapultados por aquela "luta", fizeram até hoje para atravessar com esforço, trabalho e dignidade, a parte mais positiva de toda a

sociedade portuguesa, onde, ainda não é aplicada a total amplitude do art.º 71 da Constituição da República.

Apresento a Vossa Excelência os nossos mais respeitosos cumprimentos.

O Presidente da Direcção Nacional da ADFA

Cândido Manuel Patuleia Mendes". •

Stress de Guerra

ADFA organiza simpósio

De acordo com um compromisso assumido entre o Ministério da Defesa Nacional e a Direcção Nacional (DN) da ADFA, está a organizar-se um "Simpósio sobre o Stress de Guerra - análise do actual sistema", no qual, na data prevista de 21 de Fevereiro de 2002, se fará o ponto de situação e o diagnóstico das lacunas e deficiências do conjunto legislativo até agora aprovado sobre o stress pós-traumático (PTSD), nomeadamente sobre a Rede

Nacional de Apoio às Vítimas daquela doença.

"Sensibilizar as entidades institucionais e outras sobre este flagelo, com especial ênfase nos meios de comunicação social e elaborar propostas no sentido da correcção e implementação efectiva do sistema", são alguns dos objectivos que a DN aponta para o simpósio a realizar no auditório do Instituto de Defesa Nacional (IDN), em Lisboa.

O simpósio será organizado em cinco

partes, incluindo a sessão de abertura, três painéis de intervenções e a sessão de encerramento.

Para o Painel I está prevista uma exposição do actual sistema, detecção e enumeração de lacunas e deficiências, a que se segue o debate.

O Painel II vai abordar as diferentes perspectivas do PTSD; com uma exposição por uma entidade convidada sobre o sistema inglês, uma apresentação por uma entidade militar nacional convidada, não directamente empenhada, e pelas intervenções de uma entidade civil nacional convidada, não directamente empenhada e do Secretário Geral da FMAC sobre a posição da Federação.

O Painel III vai apresentar alternativas ao actual sistema. O papel das organizações

não governamentais na sociedade moderna vai ser o tema em apreço, seguido da discussão das conclusões e elaboração das propostas.

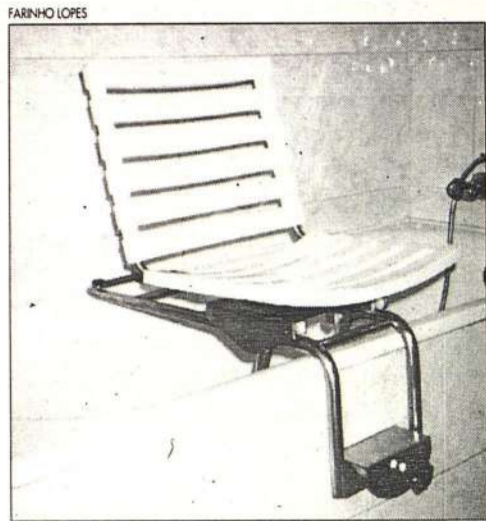
O objectivo é convidar as seguintes entidades para a Comissão de Honra: o Presidente da República, o primeiro ministro, os ministros da Defesa Nacional, da Saúde, do Trabalho e Solidariedade, da Educação, o director do IDN, a presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, o presidente do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPD).

Na próxima edição o ELO divulga o programa do Simpósio e os nomes de outras individualidades convidadas. •

RV

Ajudas Técnicas

"Não há deficiência, o que existe são deficiências na nossa sociedade"



Uma nova ajuda técnica

Fernando Braamcamp, de 52 anos, considera-se um criativo e a sua ideia de produzir um dispositivo que permita facilitar a entrada e saída das banheiras comuns de quem tem problemas de locomoção surgiu "por uma questão de sensibilidade, por observação do que se passa em termos de barreiras arquitectónicas". Criar ajudas técnicas para quem precisa delas no dia-a-dia não tem sido hábito na sociedade portuguesa, mesmo quando essas inovações também podem ser destinadas a idosos e pessoas com dificuldades de locomoção, portadores de uma "deficiência temporária".

O equipamento, produzido com peças de fabrico exclusivamente nacional, transporta a pessoa para dentro da banheira, permitindo-

lhe tomar banho e sair de novo, com plena autonomia. "São dois os elementos que o compõem: um suporte da cadeira com fixação à banheira e guiamento (onde corre um patim que percorre a largura da banheira) do conjunto e uma cadeira confortável rotativa. A função rotativa do assento acoplado está definida para parar em quatro pontos, o que permite virar a cadeira para qualquer lado, não sendo necessário espaço adicional na casa de banho para a instalação deste equipamento", descreve o criativo.

Fernando Braamcamp destaca a portabilidade do equipamento, feito em aço inoxidável, com cerca de sete quilos, e todas as garantias que oferece. "Tive sempre em conta o factor segurança", completa o criativo. Sobre os limites do equipamento, quanto ao peso, Fernando Braamcamp testou-o com uma pessoa com 120 quilos com bons resultados.

"Investiguei e constatei que há no mercado equipamentos extremamente caros, que não suprem todas as necessidades", refere, lembrando o processo evolutivo onde começou por criar maquetes e desenhos que resultavam na teoria, mas que na prática não funcionavam. Ultrapassada a fase inicial, criou o que chama de "tanque de guerra", um equipamento ultra-reforçado, pesadíssimo. A invenção foi sendo aperfeiçoada, mas foi só quando teve oportunidade de testá-la, com a ajuda de pessoas que poderiam fazer uso dela, é que foi dado outro grande passo.

Contactados alguns idosos e portadores de deficiência, entre os quais o associado Alberto Pinto, foi aconselhado a melhorar o material.

"Foram sete ou oito anos de pesquisa, a par da minha actividade profissional e sempre com uma despesa considerável com as peças necessárias para o equipamento, todas feitas por medida, sob as minhas instruções", realça Fernando Braamcamp.

"Tinha dificuldades na área ergonómica mas dominava bem a mecânica e a resistência de materiais", comenta, referindo que o contributo das pessoas que testaram o dispositivo foi fulcral para obter a perspectiva do utilizador.

A sua dedicação ao projecto é agora a tempo inteiro, uma vez que deixou de exercer a sua actividade profissional em que esteve ligado à construção civil.

O autor desta criação já não tem conta da verba que aplicou nas diversas etapas do projecto, guardando ainda os componentes das primeiras experiências, "desde a primeira calha".

Com boa aceitação, algumas pessoas adquiriram o equipamento, informando sobre os resultados, "que até agora têm sido bons". "Não há melhor prémio do que o reconhecimento de que o invento funciona; a minha intenção é de ajudar quem precisa", refere, explicando que aguarda a fase de comercialização - "em que este equipamento custará menos que um televisor médio" - e que a patente está registada desde 1998.

Os apoios tardam em chegar, mas o criativo tem contactado diversas entidades públicas e privadas e a Segurança Social, "que poderia pôr esta ajuda técnica na lista supletiva de financiamento".

Fernando Braamcamp pretende divulgar a sua criação, "para que todos possam aceder a esta ajuda técnica produzida exclusivamente em Portugal, com investigação nacional, sem recursos a materiais e ideias estrangeiros, que custam sempre muito mais".

"Não há deficiência, o que existe são deficiências na nossa sociedade", afirma Fernando Braamcamp, aludindo às mentalidades e às práticas que teimam em permanecer.



Fernando Braamcamp

Criar, inovar e democratizar ajudas técnicas nacionais são objectivos deste criativo que, com o apoio da família, se dedicou inteiramente à problemática dos portadores de deficiência. •

Congresso dos voluntários


No dia um de Dezembro, os representantes da Direcção Nacional, Patuleia Mendes e Orlando Correia, presidente e tesoureiro, participaram no Congresso de Encerramento do Ano Internacional dos Voluntários, realizado no auditório da Culturgest, em Lisboa.

A Sessão de Abertura foi presidida pelo primeiro ministro, tendo lugar uma alocução do Presidente da República no encerramento dos trabalhos da manhã.


Do programa constaram, além de alguns momentos culturais, painéis em que os temas apresentados e debatidos se prenderam com os Estudos do Ano Internacional dos Voluntários, com as perspectivas de futuro desta área, e com quatro fóruns sobre a promoção do voluntariado, o papel da sociedade civil, o estatuto e formação de voluntários, testemunhos de boas práticas e estratégias de consolidação.

O Congresso culminou na apresentação de moções e com um jantar realizado na Estufa Fria, em Lisboa.

O presidente da DN destacou que se "encerrou o ano que a ONU dedicou ao trabalho voluntário; uma dívida individual à colectividade, que engrandece os homens e quase sempre se substitui à intervenção directa dos Estados. Este movimento, agora mais visualizado, é prática da ADFA desde a sua génese e nesse sentido, para além de tantos voluntários anónimos, presto a minha sincera homenagem a todos eles, perante os mais de 250 responsáveis associativos que integram os Órgãos Sociais Nacionais, Regionais e Locais, neles incluindo os elementos autónomos dos CN e CD. O meu sincero respeito por tal entrega tão benevolente e por vezes tão pouco reconhecida". •



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS




COMUNIDADE EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Ministério do Trabalho e da Solidariedade

PROGRAMA OPERACIONAL EMPREGO,
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROMOÇÃO DE INSERÇÃO SOCIAL
E PROFISSIONAL DE PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA



IEFP

CURSOS PARA DEFICIENTES

Abertura de Cursos de Formação Profissional em 2002
para Deficientes Motores, Deficientes Auditivos Ligeiros e Deficientes de outros Órgãos (M/F)

Cursos de: Escritório Electrónico • Artes Gráficas

Requisitos:

- 9.º ano de escolaridade ou equivalente
- Idade entre os 15 e os 50 anos
- Nacionalidade portuguesa
- Desempregados

Condições:

De acordo com a situação individual, os formandos poderão ter direito a:

- Bolsa de formação - 70% do ordenado mínimo nacional
- Subsídio de refeição (680\$/dia)
- Subsídio de transporte (8.375\$/mês)

Horário: 7h/dia das 9h30 às 12h30 e das 14h às 18h.

Certificação: Será conferido um **Certificado de Formação Profissional** aos alunos que tenham sido aprovados no percurso de formação.

Estágio: Todos os finalistas terão um **estágio remunerado** numa empresa, com a duração de **9 meses**.

Início: Os cursos têm início previsto para **Abril de 2002**.

Inscrições até 31 de Janeiro de 2002

Informações e inscrições pelo telefone: 21 757 31 07 ou fax: 21 751 26 10

Informação

Em virtude dos CTT estarem a exigir o código postal completo em toda a correspondência, solicita-se aos associados que informem as delegações sobre os três últimos dígitos do seu código postal, para que a correspondência e o jornal ELO cheguem às suas residências correctamente.

Quotas 2002

O pagamento das quotas dos associados para o ano de 2002 efectua-se em euros. Assim, a quota mensal corresponde a 3,50 euros.

Assinatura do ELO

O valor da assinatura do ELO é de 6,98 euros.

Regulamentação dos Estatutos da ADFA

Regulamento sobre a admissão, demissão e readmissão dos associados

Tornando-se necessário regulamentar alguns preceitos dos Estatutos da ADFA no que concerne ao capítulo respeitante aos "Associados", foram aprovadas pelo Conselho Nacional, de que demos notícia na última edição, as normas seguintes:

Artigo 1º - Admissão de Associados efectivos

1. Para efeitos do n.º 1 do Art.º 6º dos Estatutos, os candidatos a associados efectivos (militares em qualquer situação) terão que satisfazer cumulativamente os seguintes requisitos:

a) Serem portadores de uma incapacidade permanente reconhecida pela Junta Médica de Saúde Militar de um dos Ramos das Forças Armadas.

b) A incapacidade ter sido adquirida durante a prestação do Serviço Militar.

2. Para comprovarem os requisitos referidos nas alíneas a) e b) do número anterior, deverá ser junto ao processo individual de Associado um dos seguintes documentos:

a) Fotocópia do cartão de Deficiente Militar (Lista Verde, Azul, Vermelha ou de GDSEN);

b) Fotocópia do cartão de Pensionista da CGA ou Documento da Caixa Geral de Aposentações de fixação da pensão definitiva;

c) Documento militar com o despacho de qualificação de DFA;

d) Na falta dos documentos anteriores, o candidato terá de apresentar outros documentos oficiais que, concludentemente, comprovem possuir os dois requisitos exigidos

3. Para efeitos do n.º 2 do Art.º 6º dos Estatutos, os candidatos (não militares) terão de apresentar, para ser junto ao Processo Individual, os seguintes documentos:

a) Certidão de Nascimento narrativa completa e documento oficial comprovativo de que o militar falecido era deficiente militar;

b) No caso das "uniões de facto", a certidão de nascimento deverá ser substituída

por documento comprovativo dessa situação.

Artigo 2º - Admissão de Associados Honorários

Para efeitos do disposto no Art.º 7º, cap. I dos Estatutos, a Direcção Nacional ou as Direcções de Delegação elaborarão um processo completo respeitante ao candidato a sócio honorário, a submeter ao Conselho Nacional.

Nesse processo, constará obrigatoriamente a descrição dos factos porque se distinguiram em prol dos objectivos da ADFA.

Artigo 3º - Demissão de Associados

1. Para cumprimento do disposto no n.º 4 do Art.º 12º dos Estatutos, a Direcção Nacional poderá delegar nas Direcções de Delegações competência para enviar, até 30/06/2002, carta registada dirigida à residência do associado, a comunicar a intenção de proceder à sua demissão, relativamente a atraso no pagamento a definir pela Direcção Nacional.

2. Para efeitos do disposto no n.º 4 do Artigo 12º dos Estatutos, entende-se por "Residência do associado" o último endereço conhecido.

3. No caso de se consumir o procedimento estabelecido no ponto 1, a Direcção de Delegação remeterá, após conclusão das diligências, o processo à Direcção Nacional para que esta profira o competente despacho.

4. Os associados que pretendam aderir ao pagamento das quotas em atraso, e partindo da análise, caso a caso, poderão efectuar-lo até 12 (doze) prestações mensais contínuas, com emissão de cheques pré-datados, mantendo assim o seu n.º de associado e recuperando todos os direitos estatutários, no momento da satisfação da última prestação.

5. Até 31.12.2002 deverá ser feita a renumeração dos associados efectivos mantendo-se inalteráveis os números dos associados falecidos.

Artigo 4º - Readmissão de Associados

1. Os associados demitidos e que pretendam voltar a associar-se, poderão fazê-lo, uma única vez, mediante a apresentação de uma nova candidatura.

2. Os associados demitidos nos termos do ponto 4 do artigo 12º dos Estatutos, poderão ser readmitidos nas seguintes condições:

a) Pagamento de uma taxa equivalente às quotas relativas aos últimos cinco anos anteriores ao da recandidatura, com a atribuição de novo número de associado.

b) Os associados abrangidos pela alínea anterior, só poderão candidatar-se aos OS decorridos 3 anos após a readmissão.

3. Os associados excluídos nos termos do ponto n.º 1 do artigo 13º dos Estatutos, poderão ser readmitidos por proposta da Direcção Nacional à Assembleia Geral Nacional, estando sujeitos ao disposto no artigo anterior.

Artigo 5º - Isenção do pagamento da quota

Os associados que, ao abrigo do n.º 2 do Artigo 12º dos Estatutos, solicitem a isenção do pagamento da quota, terão que:

a) Efectuar o respectivo pedido através de carta, juntando documentos que comprovem a carência económica, nomeadamente declaração de rendimentos (IRS);

b) A isenção será pedida ano a ano, devendo a Direcção Nacional ou as Direcções de Delegação exarar despacho que deve constar nas actas da reunião desse Órgão.

c) Haverá lugar a isenção sempre que o rendimento per capita do agregado seja

inferior ao limite do rendimento mínimo garantido, a informar anualmente pela DN.

Artigo 6º - Candidatos a associados com processo em curso

1. Os candidatos a associados com processo em curso pendentes, pagarão no acto de inscrição, uma taxa de expediente equivalente às quotas do ano em curso acrescida do valor de uma assinatura anual do jornal ELO.

2. Sempre que se comprovar carência económica, haverá lugar à isenção do pagamento dessa taxa, aplicando-se para tal as normas consignadas no artigo 5º deste Regulamento.

3. Os candidatos a associados referido em 1, pagarão nos restantes anos até à sua completa aceitação como associado efectivo, assinatura anual do Jornal ELO.

4. Será criado um ficheiro a nível nacional e local dos candidatos a associados, sendo atribuídos a estes, números próprios pelas Delegações, devendo todas as alterações ser comunicadas à Sede." •



FARINHO LOPES

11.ª reunião do CNRIPD

Ano das Pessoas com Deficiência na ordem do dia

O Ano Internacional das Pessoas com Deficiência - 2003 foi alvo de informação por parte do secretário Nacional para a Reabilitação, Vitorino Vieira Dias, durante a 11ª reunião do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPD) realizada na Sede Nacional da ADFA, em Lisboa, no dia 11 de Dezembro.

Vieira Dias referiu que será formada uma Comissão Nacional para coordenação, que será composta, em princípio, por cinco asso-

ciações, pelos ministérios representados no CNRIPD e pelo próprio Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração da Pessoa com Deficiência (SNRIPD). A APD apresentou uma proposta para que a Comissão seja encabeçada por um portador de deficiência, ficando o assunto em estudo.

"A ADFA manifestou o desejo de que todas as associações criem ideias e as entreguem àquela Comissão, pois o tempo urge", referiu Capela Gordo, representante da Direcção Nacional da ADFA no encontro. A

ADFA disponibilizou as suas instalações para o funcionamento da Comissão.

Na reunião falou-se ainda das quotas de emprego para pessoas portadoras de deficiência e da Tabela Nacional de Incapacidades, transitando a discussão sobre o Plano de médio prazo para a reabilitação 2001-2007 e sobre residências de apoio a centros/instituições de reabilitação de portadores de deficiência para



a próxima reunião do CNRIPD, uma vez que o tema "Educação Especial e Apoio Educativo" foi largamente debatido. •

RV

Associação dos Combatentes da Revolução Cubana

Visita à ADFA

O responsável pelas Relações Internacionais da Associação dos Combatentes da Revolução Cubana (ACRC), general Rafael Limonta, visitou a ADFA, no dia dez de Dezembro, aproveitando uma passagem por Portugal, na sequência de uma viagem a França e Espanha.

O presidente da DN, Patuleia Mendes, e o 1º secretário da DN, Santa Clara Gomes, receberam o general cubano. Em breves declarações, disse que "como combatentes, representantes do povo cubano, sentimos uma grande admiração pelo povo português,

em especial pelos seus antigos combatentes", lembrando que "têm em Cuba amigos, antigos combatentes que lutam pela paz e pela felicidade de todos os homens e mulheres do Mundo".

O general agradeceu o acolhimento e convidou os associados da ADFA a visitar a ACRC, quando visitem Cuba, sublinhando a boa imagem que os portugueses têm deixado no povo cubano.

A ACRC surgiu em 1993, com o objectivo principal de unir os combatentes em defesa dos seus direitos e da revolução cubana. É

uma organização independente, que se autofinancia. Outro objectivo é transmitir às novas gerações a história da luta do povo, "para que em Cuba conserve a sua independência e o seu território".

Segundo o general Rafael Limonta, "há ex-combatentes dos 25 aos 90 anos na nossa organização, num total de 330 mil associados". A estrutura organizacional da Associação inclui uma Direcção Nacional, direcções provinciais, direcções municipais e associações de base. O Congresso da ACRC é efectuado em cada cinco anos.

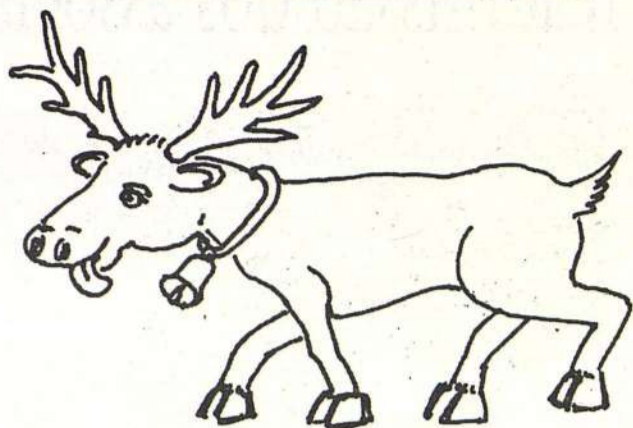
A ACRC, como a ADFA, está integrada na Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC), tendo integrado a Federação em Dezembro de 2000, aquando da sua última Assembleia Geral. •



A DN recebeu o general Rafael Limonta

RV

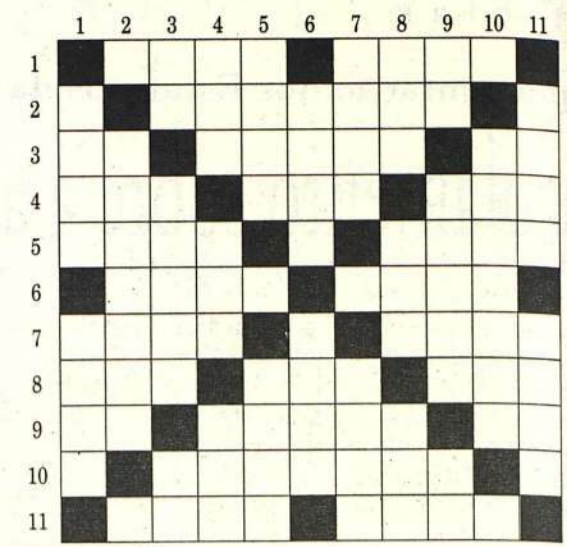
ANIMAIS RAROS E INTERESSANTES



NOME CIENTÍFICO:
RANGIFER TARANDUS

NOME VULGAR:
RENA DO PAI NATAL

ÚNICO CASO EM QUE OS
CHIFRES TRAZEM ALEGRIA



HORIZONTAIS
1 - Régulo; unha negra (fig). 2 - Cear, no Natal. 3 - Aqueles; grandes peixes; utensílio. 4 - Média; nome de-letra; Brigada Aerotransportada Independente. 5 - Queima; Garcia de..., médico português. 6 - Quase moela; paixão 7 - Quarto; saudáveis. 8 - Passado; criadeira; que lhe pertence. 9 - Acolá; árvore de Natal; apelido. 10 - Mar do Mediterrâneo. 11 - Acasale; campanha.

VERTICAIS
1 - Bebe; armazém de cereais. 2 - Serão. 3 - Língua do sul de França; vendedor de roupa usada; basta!. 4 - Bondosa; aquela; suspiros. 5 - Dolmen; descerra. 6 - Chupa; move os remos (inv). 7 - A superfície; amarres. 8 - Batráquios; Organização Mundial de Saúde; rede de telemóvel. 9 - Partir; bolos de Natal; laço (inv). 10 - Amos. 11 - Golfe; transpirar.

SOLUÇÕES HORIZONTAIS
1 - Soba; triz. 2 - Consoar. 3 - Os; atuns; pá. 4 - Mea; agá; BAL. 5 - Arde; Orta. 6 - oela; amor. 7 - Sala; sãos. 8 - Ido; ama; seu. 9 - Lá; abeto; Sá. 10 - Patões. 11 - Bala; suar.

VERTICAIS
1 - Toma; silo. 2 - Serrada. 3 - Oc; adeito; tá. 4 - Boa; ela; ais. 5 - Anta; abre. 6 - Suga; amer. 7 - Tona; ates. 8 - Ras; OMS; ONI. 9 - Ir; broas; on.

VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Lupo		
1.0 Conceptline	1.581.217,00	2.233.078,00
1.0 Conceptline AC	1.850.239,00	2.547.833,00
1.2 3 litros TDI	2.147.808,00	3.049.643,00
1.4 Highline Automático	2.273.040,00	3.510.147,00
1.4 Conceptline TDI	2.104.992,00	3.374.221,00
Polo		
1.0 Conceptline 3p	1.718.643,00	2.411.416,00
1.4 Conceptline 3p	1.913.031,00	3.106.486,00
1.4 Highline 3p AC	2.215.812,00	3.460.740,00
1.4 Confortline 3p cx. Aut.	2.147.783,00	3.381.146,00
1.4 Confortline 5p cx. Aut.	2.214.098,00	3.458.734,00
1.4 TDI Confortline 3p	2.341.288,00	3.668.237,00
1.4 TDI Confortline 5p	2.407.600,00	3.745.822,00
1.4 TDI Trendline 5p	2.606.709,00	3.978.780,00
Polo Variant		
1.4 Confortline	2.152.411,00	3.386.561,00
1.9 SDI Confortline	2.380.002,00	4.612.507,00
1.9 TDI Trendline AC	2.953.691,00	5.288.723,00
Polo 3 Volumes		
1.4 Confortline	2.080.100,00	3.301.957,00
1.9 SDI AC	2.463.794,00	4.710.543,00
1.9 TDI Confortline AC	2.492.923,00	4.744.624,00
1.9 TDI Trendline AC	2.881.208,00	5.198.918,00
Golf		
1.4 Confortline AC	2.713.244,00	4.060.285,00
1.4 Confortline 3p	2.313.309,00	3.592.361,00
1.4 Confortline 5p	2.378.251,00	3.668.343,00
1.4 Confortline 3p JE+AC	2.800.120,00	4.161.930,00
1.4 Confortline 5p JE+AC	2.891.623,00	4.268.989,00
1.9 TDI 90 cv 5P	2.859.789,00	5.191.407,00
1.9 TDI 90 cv 5P AC	3.038.167,00	5.400.110,00
1.9 TDI 90 cv 5p "25 Anos"	3.112.534,00	5.487.119,00
1.9 TDI 90 cv cx. Aut.	3.076.720,00	5.445.217,00
1.9 TDI "25 Anos" cx. Aut. 90 cv	3.329.637,00	5.741.129,00
1.9 TDI 110 cv "25 Anos"	3.196.838,00	5.580.755,00
1.9 TDI 130 cv 6V	3.831.184,00	6.351.339,00
1.9 TDI 130 cv 4 Motion	4.186.738,00	6.767.338,00
1.9 TDI 130 cv 4 Motion Tip.	4.138.248,00	6.710.604,00
Golf Variant		
1.4 Confortline	2.713.075,00	4.060.088,00
1.9 TDI 100 cv AC	3.147.315,00	5.527.813,00
1.9 TDI 100 cv cx. Aut.	3.285.256,00	5.689.204,00
1.9 TDI 130 cv 6V	4.004.421,00	6.530.627,00
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	4.220.154,00	6.783.034,00
Bora		
1.6 105 cv	3.199.252,00	5.023.401,00
1.9 TDI 110 cv	3.460.378,00	5.894.096,00
1.9 TDI 115 cv 6V	4.000.822,00	6.526.416,00
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	4.211.926,00	6.773.408,00
1.9 TDI 150 cv	4.476.154,00	7.082.554,00
Passat		
1.6 102 cv	3.647.061,00	5.565.048,00
1.9 TDI 100 cv	3.540.226,00	6.010.919,00
1.9 TDI 130 cv 6V	3.981.975,00	6.527.765,00
1.9 TDI Trendline 130 cv 6V	4.410.867,00	7.029.569,00
1.9 TDI Highline 130 cv 6V	4.829.825,00	7.519.749,00
1.9 TDI Trendline 130 cv Tiptr.	4.705.081,00	7.373.799,00
1.9 TDI 130 cv 6V 4M	4.677.320,00	7.341.319,00
2.5 TDI Highline 150 cv	5.256.657,00	9.157.085,00
2.5 TDI Highline 150 cv Tiptr.	5.531.161,00	9.478.255,00

Passat Variant		
1.9 TDI 100 cv	3.777.208,00	6.288.188,00
1.9 TDI 130 cv 6V	4.219.296,00	6.805.430,00
1.9 TDI 130 cv 6V Trendline	4.647.676,00	7.306.635,00
1.9 TDI 130 cv 6V Highline	5.067.146,00	7.797.415,00
1.9 TDI 130 cv Trend. Tiptr.	4.942.230,00	7.651.263,00
Audi A2		
1.4 TDI	2.990.331,00	4.433.467,00
1.4 Attraction	2.804.323,00	4.155.148,00
Audi A3		
1.6 3P	3.748.433,00	5.671.953,00
1.6 5P	3.616.663,00	5.517.782,00
1.9 TDI Att. 3P 130 cv	4.029.883,00	6.572.117,00
1.9 TDI Att. 5P 130 cv	4.136.121,00	6.696.416,00
1.9 TDI Att. 3P 100 cv	3.740.298,00	6.233.303,00
1.9 TDI Att. 5P	3.846.708,00	6.357.803,00
Audi A4		
1.6	4.300.971,00	6.330.123,00
1.9 TDI	4.803.514,00	7.488.966,00
2.5 TDI	5.628.349,00	9.591.965,00
Audi A4 Avant		
1.6	4.523.729,00	6.590.750,00
1.9 TDI	5.026.272,00	7.749.592,00
2.5 TDI	5.851.107,00	9.852.591,00
Audi A6		
1.9 TDI	6.077.397,00	9.002.809,00
2.5 TDI	6.549.295,00	10.692.871,00
2.5 TDI Tiptronic	7.189.810,00	11.442.274,00
Audi A6 Avant		
1.9 TDI	6.402.966,00	9.383.724,00
2.5 TDI	6.874.864,00	11.073.787,00
2.5 TDI Tiptronic	7.515.721,00	11.823.590,00
FIAT		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Stilo 3 p		
Stilo 1.6 16 V Active	2.195.413,00	3.758.917,00
Stilo 1.9 jtd Dinamic	2.843.047,00	5.112.172,00
Stilo 5 p		
Stilo 1.6 16 V Active	2.229.685,00	3.799.015,00
Stilo 1.9 jtd Active	2.628.856,00	4.861.568,00
Stilo 1.9 jtd Dinamic	2.885.884,00	5.162.291,00
Seicento		
Seicento S	1.043.509,00	1.640.143,00
Seicento SX	1.171.817,00	1.790.304,00
Seicento Sport	1.295.715,00	1.935.253,00
Punto		
1.2 3p	1.379.316,00	2.140.346,00
1.2 ELX 5p	1.605.660,00	2.405.183,00
1.2 5p Speedgear	1.891.949,00	2.740.188,00
1.2 Sport	1.815.164,00	2.650.172,00
1.9 JTD ELX 5p	1.742.991,00	3.825.197,00
1.9 JTD HIX 3p	1.883.929,00	3.990.193,00
Palio		
Weekend 75	1.964.597,00	2.825.000,00
Weekend 70 TD	1.902.792,00	3.610.000,00
Bravo		
80 16v SX	2.101.349,00	2.985.000,00
1.9 JTD Sport	2.503.585,00	4.715.001,00

Brava		
80 16v SX	2.101.349,00	2.985.000,00
1.9 JTD	2.503.585,00	4.715.001,00
Multipia		
100 16v ELX	2.892.920,00	4.574.999,00
1.9 JTD ELX	3.054.867,00	5.360.000,00
Marea / Weekend		
1.9 JTD ELX	2.700.166,00	4.945.000,00
1.9 JTD SX	2.640.337,00	4.875.000,00
1.9 JTD HIX	3.046.320,00	5.350.000,00
LANCIA		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Y		
1.2 Caprice	1.634.682,00	2.439.000,00
1.2 16v LS	1.767.161,00	2.594.000,00
Libra		
1.6 16 V LS	3.230.356,00	4.969.800,00
1.9 JTD LS	3.291.619,00	5.637.000,00
1.9 JTD LX	3.633.499,00	6.037.000,00
2.4 JTD LX	3.864.128,00	7.211.500,00
1.9 JTD LS SW	3.522.388,00	5.907.000,00
1.9 JTD LX SW	3.864.268,00	6.307.000,00
K		
2.4 JTD 10V LS	5.239.000,00	8.820.100,00
2.4 JTD SW	5.487.718,00	9.111.100,00
RENAULT		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Twingo		
Expression 1.2	1.427.807,00	2.140.080,00
Privilege 1.2	1.513.277,00	2.266.537,00
Clio		
Expression 1.2, 3p	1.361.226,00	2.378.080,00
Dynamique 1.4, 3p	2.009.351,00	3.168.079,00
Expression 1.2, 5p	1.699.602,00	2.458.080,00
Privilege 1.4, 5p	2.111.915,00	3.288.079,00
Expression 1.9 DCI	2.103.662,00	3.413.080,00
Megane		
Expression 1.4 5p	2.530.267,00	3.783.079,00
Dynamique 1.6 cx. Aut.	2.933.270,00	4.649.080,00
Expression 1.9 DCI	2.688.084,00	4.878.080,00
Privilege 1.9 DCI	2.863.298,00	5.083.079,00
Megane/ Break		
Expression 1.4 16v	2.615.737,00	3.883.079,00
Dynamique 1.6 cx. Aut.	3.018.740,00	4.749.079,00
Expression 1.9 DCI	2.773.554,00	4.978.080,00
Privilege 1.9 DCI	2.948.768,00	5.183.080,00
Megane Classic		
Expression 1.4	2.573.002,00	3.833.080,00
Expression 1.9 DCI	2.730.819,00	4.928.080,00
Privilege 1.9 DCI	2.906.033,00	5.133.080,00
Megane Societé		
Autentique 1.9 D	2.334.006,00	3.384.080,00
Autentique 1.9 DCI	2.513.493,00	3.594.080,00
Megane Scenic		
1.4 16V	2.534.540,00	3.788.080,00
Expression 1.9 DCI	3.106.888,00	5.368.079,00

Dynamique 1.9 DTI	3.256.460,00	5.543.080,00
Laguna		
Expression 1.6	3.145.064,00	4.896.879,00
Dynamique 1.9 DCI	3.716.973,00	6.081.880,00
Privilege 1.9 DCI	3.887.913,00	6.281.880,00
Laguna Break		
Expression 1.9 DCI	3.669.964,00	6.026.879,00
Dynamique 1.9 DCI	3.913.554,00	6.311.880,00
Kangoo		
1.2	1.794.291,00	2.578.080,00
RTE 1.9 DTI	2.084.934,00	4.176.080,00
Kangoo Expresso		
FGTE RL 1.9 D 55	1.749.843,00	2.124.080,00
FGTE RL 1.9 6 Volumes	2.107.963,00	2.543.080,00
OPEL		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Agila		
1.0 5p Confort	1.400.360,00	1.999.018,00
1.2 Elegance 5p	1.515.655,00	2.314.776,00
Corsa		
1.0 3p	1.618.834,00	2.254.632,00
1.0 5p	1.678.807,00	2.324.801,00
1.2 Confort 5p	1.772.683,00	2.615.499,00
1.7 DT 3p	1.835.333,00	3.557.764,00
1.7 DT 5p	1.895.307,00	3.627.934,00
1.7 DT Confort 5 p	2.032.388,00	3.788.318,00
Astra		
Club 1.4 4p	2.462.419,00	3.728.173,00
Club 1.7 DTI 4p	2.627.837,00	4.484.994,00
Club 2.0 DT cx. Aut. 4p	2.688.056,00	5.141.490,00
Club 2.0 DT cx. Aut. 5p	3.011.987,00	5.520.489,00
Astra Caravan		
Club 1.4	2.526.676,00	3.803.354,00
Club 1.7 DTI	2.696.378,00	4.565.187,00
Elegance 1.4 DTI	3.000.526,00	4.921.042,00
Club 2.0 DTI Cx. Aut.	2.756.603,00	5.221.690,00
Elegance 2.0 DTI cx. Aut.	3.114.723,00	5.640.691,00
Astra Coupé		
1.8 XE	3.254.555,00	5.051.356,00
2.0 190 cv	4.054.081,00	6.745.429,00
Vectra		
1.6 4p Elegance	3.408.772,00	5.231.790,00
2.0 DTI 4p Elegance	3.450.643,00	6.033.717,00
2.0 DTI 5p Elegance Caravan	3.592.009,00	6.199.115,00
2.2 DTI Elegance	3.442.174,00	6.359.501,00
2.2 DTI Caravan	3.583.539,00	6.524.898,00
2.0 DTI Sport	3.639.130,00	6.254.247,00
2.0 DTI Sport Caravan	3.780.496,00	6.419.645,00
2.2 DTI Sport	3.630.661,00	6.580.031,00
2.2 DTI Sport Caravan	3.772.026,00	6.745.428,00

"Guerra Colonial: Um Repórter em Angola"



Fernando Farinha e Carlos Matos Gomes apresentaram ao público o seu livro "Guerra Colonial: Um Repórter em Angola", na Sede

da Liga dos Combatentes, em Lisboa, no dia seis de Dezembro.

A obra trouxe ao prelo diversas fotografias de Fernando Farinha, com textos publicados na imprensa da altura, com a coordenação de textos de Carlos Matos Gomes, constituindo, segundo o editor, Alexandre Manuel, "uma leitura que não nos deixa indiferentes", destacando a Editorial Notícias como a editora que em Portugal mais se tem dedicado ao tema.

Fernando Farinha referiu que "as fotografias são do dia-a-dia do combatente, não há fotografias de choque", justificando a sua opção porque quis "transmitir à gente que estava na retaguarda as dificuldades que sentiam os combatentes nas frentes de combate". Fernando Farinha recordou ainda os riscos

que correu em reportagem, nomeadamente no acidente de helicóptero que vitimou os deputados, e quando um pára-quadras não se abriu, num salto em que escapou no último momento.

Carlos Matos Gomes falou deste livro como "uma visão assumida do lado português da guerra", destacando a dimensão humana da guerra patente nas fotos e nos textos, e o seu impacto na sociedade portuguesa.

"Este livro mostra-nos como éramos e não como julgamos hoje o que éramos", alude o autor, considerando que "hoje é muito mais difícil o acesso dos jornalistas aos palcos de guerra", terminando a sua alocução com uma homenagem a todos os repórteres de guerra na pessoa de Fernando Farinha. •

RV

"As lágrimas de Aquiles"

Quase trinta anos após o fim da Guerra Colonial, sai novo livro sobre o acontecimento mais marcante em Portugal, na segunda metade do século XX. Dir-se-ia que a geração da guerra levou o tempo de uma geração para conseguir escrever sobre si própria. Se o fenómeno parece pecar por tardio, tem a vantagem de conseguir o amadurecimento e distanciamento necessários à sua compreensão pelas novas gerações, a quem o factor emocional escapa.

José Manuel Saraiva descreve a Guerra Colonial por dentro - por dentro dela e por dentro dele. E é no por dentro dele que reside o principal interesse da obra. E em dois assuntos em especial.

Primeiro, nas páginas do livro pode assistir-se à génese do "stress de guerra", tantas vezes negado, relutantemente admitido e agora em risco de ser moda - com o perigo de todas as modas que, por definição, são passageiras. Aparece tratado como que com pudor, com a mesma relutância com que a ele se referem os que na verdade dele sofrem. Nunca a expressão "stress de guerra" é referida; mas ele está presente, desde a rotura de Catarina e Nuno até ao suicídio deste.

Segundo, por aquele distanciamento entre os amantes tão bem descrito; voltando da Guiné, é na Guiné que permanece o espírito de Nuno; na sua cómoda retaguarda, Catarina não o compreende, nem se esforça nesse

sentido; alinhava uns lugares comuns e a separação consuma-se. Naturalmente também falha na vida; mas que seria de esperar?

E aqui o meu pensamento vai para as anti-Catarinas, as que dedicaram toda a sua vida aos que ficaram física e/ou psiquicamente incapacitados, renunciando às carreiras, às viagens, à normalidade, pode dizer-se que ao Mundo. Agora querem tirar-lhes a pensão a que têm direito - um direito que nem durante os 48 anos do dito fascismo lhes tinha sido recusado. E o interessante, ou antes, o trágico, é que alguns dos que beneficiaram dessa renúncia não parecem preocupados; assim como assim, já estarão mortos quando lhes espoliarem as viúvas. Perante esta dupla ingratidão, a do Estado e a dos maridos, que podem fazer as sacrificadas?

Mais lhes valera ter feito como as Catarinas... se ainda forem a tempo. •

Nuno Santa Clara

"Uniformes da Mocidade Portuguesa"

As edições DestArte acaba de lançar o terceiro livro da Coleção "Guerra e Paz" dedicada à uniformologia militar portuguesa. O primeiro é dedicado às Campanhas Ultramarinas (1961-74), o segundo à Guerra Peninsular (1806-1815) e este mostra como evoluíram os uniformes da Mocidade Portuguesa, desde a sua criação em 1936 até à extinção em 1974.

É uma obra puramente técnica, despida de qualquer tendência saudosista ou ideológica, cujo rigor histórico, descritivo e icono-

gráfico está garantido tanto pelo autor dos textos, Manuel Ribeiro Rodrigues, um investigador da História Militar e especialista reconhecido em uniformes militares, como pelo autor das ilustrações, Carlos Alberto Santos, um pintor consagrado, especialmente devotado às figuras e eventos da História de Portugal.

Na generalidade dos países ocidentais há um grande interesse pelo estudo e divulgação do uniformologia militar. Em Portugal existem muito bons trabalhos iconográficos, cuja

divulgação tem sido pontual e limitada, com excepção da colecção de postais editada pelo Jornal do Exército, há alguns anos. Faltavam, de facto, obras de grande divulgação como esta que tem a vantagem de ser bilingue (Português e Inglês) a pensar, certamente, no mercado anglo-saxónico, onde a coisa militar é olhada com enorme interesse em todos os seus aspectos: histórico, bibliográfico,leccionista, modelista, etc. •

JD

Jantar associativo

Alguns associados da área de Lisboa reuniram-se num jantar associativo, onde foram debatidos assuntos relacionados com as reivindicações legislativas, no dia 14 de Dezembro.

O encontro contou com a presença dos elementos dos Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa, do presidente da DN, dos representantes do núcleo daquela área, associados e familiares.

"O jantar realizou-se a pedido do grupo de acompanhamento do DL 134/97", referiu o presidente da DD de Lisboa, Francisco Janeiro, que realçou os contactos espontâneos entre associados como principal factor para a participação associativa.

"Foi debatida a legislação relativa aos deficientes militares em serviço e às viúvas, além de se ter também falado da aplicação do DL 134/97", referiu o dirigente, que salientou ainda que "o presidente da DN assumiu todas aquelas preocupações".

O debate contou com a intervenção dos representantes dos núcleos da área de Lisboa, participando também alguns associados residentes no Lar Militar, que uma vez mais alertaram para a sua situação.

"Ficou claro na reunião o apoio e confiança dos presentes para que a DN assuma e conduza toda a estratégia a implementar para que se obtenha, com êxito a resolução das principais carências legislativas que ainda atingem os associados desta casa", disse Patuleia Mendes. •

Garcia Pereira na ADEFA

Por ocasião da campanha eleitoral para as autárquicas, a Direcção Nacional convidou todas as candidaturas para visitar a Sede Nacional e a Delegação de Lisboa, tendo apenas o candidato Garcia Pereira, do PCTP-MRPP, visitado a Sede no dia 14 de Dezembro.

Patuleia Mendes apresentou as razões deste convite aos candidatos, explicando que "queríamos ouvir de todas as candidaturas o que pretendem realizar nos próximos quatro anos", pedindo ao candidato que expusesse as previsões sobre a participação plena dos associados da ADEFA na vida da capital.

Garcia Pereira afirmou que "este país precisa de cidadãos que não se conformem e a ADEFA é, nesta área, um bom exemplo", aludindo também às barreiras arquitectónicas existentes e à falta de comparência de outros candidatos e de jornalistas, que "mostra que a problemática dos cidadãos portadores de deficiência não é relevante para eles e para os órgãos de comunicação social".

O candidato mostrou-se disponível para acompanhar os problemas dos cidadãos portadores de deficiência e dos deficientes militares em particular. •

RV

MOTIVAÇÃO CLÍNICA:
Mens Sana in Corpore Sano

GRUPO
CEO'S (SPEM)

Olimpicollimiteção, Olimpicovida
Olimpicoclinicas, Olimpicogente, Olimpicoturismo

DIR. Serviço Mensal/CEO'S



Clinicas Médicas "Amatus Lusitanus", Lda.

Com cerca de 20 anos de "reconhecidos bons serviços" (vidé 2 Prémios) visando:

- A - Apoiar
- A ALTA COMPETIÇÃO, O ALTO RENDIMENTO E AS "PERFORMANCES" em prol do Portugal Histórico, Europeu e Internacionalista.
- B - E revelar-se, na prática, através do sistema de Assistência Médica e Para-Médica, por um Serviço Médico Permanente (SMP) e um Serviço de Urgências Dentárias (UD)... em actualização contínua... e mais importante ainda:
 - 1 - sob o regime da disponibilidade, "todos os dias úteis", Sábados, Domingos e Feriados.
 - 2 - ao nível dos Cuidados Primários, Privados de Saúde.
 - 3 - em termos de Direitos (e mais ainda dos Deveres) Humanos, sob os auspícios do lema bíblico "Quem mais é, mais deve a Deus"
 - 4 - com Acordos com todas as Entidades viáveis.
 - 5 - e sob o Lema Lionístico de Servir e não Servir-se.

C - NOTAS IMPORTANTES:

- 1.º Viabiliza-se através desta postura e da integração no conjunto de mais 4 Empresas, constituindo o designado Grupo CEO'S, ou seja: Clínicas Médicas "Amatus Lusitanus", Lda., Afrodentomed, Lda., Sporqualvida, Lda., Euro-Medioriente Lusitano, Lda. e Luso 5 A's, Lda. (Holding).
- 2.º Damos apoio diferenciado a:
 - Crianças com saúde problemática
 - Atletas ou entidades de "alta competição" de responsabilidade
 - Idosos e sobretudo deficientes das Forças Armadas.

*Distinguido com os PRÉMIOS:
1.º Nacional - Líder do Bom Serviço (Lisboa 2000)
2.º Internacional - Entidade de Ouro Internacional 4 Qualidade (Geneve 2000)



Clinica de LINDA-A-VELHA (Filial N.º 1)
Av. Carolina Michaëlis, 30 R/C B & C - 2795-049 LINDA-A-VELHA
Telmóvel: 964 649 795
Telefones: Linda-a-Velha: 21-4146990 - Algos: 21-4114666
Castelo Branco: 272-321129 - Lagos: 282-764189
Pimhal Novo: 21-2381694

OBJECTIVO:
Promover Qualidade no Mundo Lusófono (fala português)

O Tribunal dá-nos razão

Muitos têm sido os recursos que os advogados da ADFA têm ganho nos tribunais, sobre as mais diversas matérias.

Dadas as insistências que têm existido sobre a vantagem da publicação destas decisões, aqui damos conta dos casos que se nos afiguram importantes.

No Tribunal Administrativo de Círculo de Coimbra foi proferida a decisão de que publicamos os seguintes excertos:

O recorrente (...) veio recorrer do despacho da entidade militar, que não considerou como ocorrido em serviço um acidente sofrido pelo recorrente.

Mostram-se provados os seguintes factos:

(...) 2 - Durante um sessão de educação física, ao tentar transpor a paliçada, bateu com o joelho direito no topo das tábuas, ficando a queixar-se de dores, pelo que foi assistido na enfermaria da unidade e depois transferido para o Hospital de Tomar.

(...) 4 - Em 16.5.95 requereu a reabertura do seu processo para atribuição de grau de desvalorização por virtude do agravamento das suas lesões.

(...) 7 - A Comissão Permanente para Informações e Pareceres [CPIP] foi de opinião que as sequelas traumáticas do joelho deveriam "ser consideradas como secundárias às lesões contraídas em serviço em Setembro de 79, conforme está descrito".

8 - O despacho impugnado considerou, porém, que o acidente não se localiza no tempo, "pelo que não é possível considerá-lo ocorrido em serviço", sustentando esse entendimento no facto de o sinistrado ter

declarado duas datas diferentes - cinco meses antes de Janeiro de 1980 e Março de 1980 - o que torna de todo impossível caracterizar o circunstancialismo que eventualmente o possa ter rodeado, como diferentes teriam sido os momentos e a envolvimento da sua eclosão.

Estes os factos que se mostram provados, importando apreciar as ilegalidades arguidas pelo recorrente (...)

O Tribunal Administrativo do Círculo de Coimbra referiu também que "(...) não se nos afigura que o fundamento invocado pela entidade recorrida seja de molde a afastar a caracterização do acidente como de serviço, ou seja, com base no facto de o recorrente ter indicado datas diversas de tal ocorrência, divergindo alguns meses.

Com efeito, embora isso tenha acontecido, isto é, o acidente não estar precisamente datado, não se constata que daí possa tirar-se uma conclusão relevante neste domínio.

Na verdade, não se constata qual seja a relevância de tal divergência, repete-se, estando assente todas as demais circunstâncias, ou seja em que é que o desconhecimento da data precisa do acidente - dia e ano - pode influenciar a caracterização do acidente. Não o diz a entidade recorrida e também não é

bastante dizer-se que "isso torna impossível caracterizar o circunstancialismo que eventualmente o possa ter rodeado, como diferentes teriam sido os momentos e a envolvimento da sua eclosão". Tal afirmação, estando assentes todas as demais circunstâncias, é pois inócua para o efeito pretendido, pois que outras circunstâncias poderiam relevar além daquelas que foram apuradas e que permitiram à CPIP concluir que o acidente é de qualificar como de serviço?

Tal só poderia relevar-se se, v.g., tivesse ocorrido entre as duas datas referidas pelo recorrente uma alteração legislativa contendo regimes jurídicos diversos e importando saber sob que regime o acidente ocorrera por isso ter consequências diversas, o que não é o caso.

Em face do exposto se conclui que o facto de a data precisa do acidente sofrido pelo recorrente não estar apurada, tal não obsta, só por si, à sua caracterização como em serviço, motivo por que, decidindo em sentido diverso, o despacho impugnado incorre efectivamente em erro nos pressupostos, gerador da sua anulabilidade, nos termos arguidos pelo recorrente.

Assim sendo concedo provimento ao recurso anulando o acto impugnado." •

O Tribunal Central Administrativo, em recurso interposto pela entidade recorrida desta decisão, confirmou a sentença do Tribunal Administrativo do Círculo de Coimbra, dando razão ao recorrente.

RV

Comentário

CENTO E TRINTA E QUATRO

Quando da realização do IV Congresso, em Abril de 2000, foram aprovadas várias "medidas concretas a ter em conta". Em algumas delas são focados alguns aspectos que, no fundo, derivam da mesma situação: as diferenças entre os acidentados em campanha e em serviço. Citamos: "a ADFA deve lutar pela especificidade do serviço militar", "todos os deficientes das Forças Armadas devem ser tratados em igualdade de circunstâncias"; "extensão dos direitos consignados nos artºs 14º e 15º do DL 43/76 ... a todos os deficientes militares"; "os deficientes em serviço devem ter abono suplementar de invalidez a partir de 30% de incapacidade".

A grande questão é sempre a mesma: onde acaba o serviço e começa a campanha, e vice versa? Se do ponto de vista teórico parece fácil fazer a distinção, a prática e a nossa experiência provam o contrário. Nem o local do acidente é determinante para a qualificação como DFA: há-os oriundos de território metropolitano, bem como não-DFA oriundos da ex-colónias. E entre nós abundam os casos em que as mesmas situações levaram a classificações diferentes.

Outra questão é de origem emocional. Ninguém regateia (pelo menos abertamente) o direito ao reconhecimento e à reparação dos feridos em campanha - até se utilizam fórmulas como "mártires", "heróis", "os que tudo deram pela Pátria". Já quando a classificação é mais nebulosa a atitude é diferente, o que permite aos poderes públicos regatear mesquinamente a tal reparação. Chegou-se ao ponto de uma mina ser considerada "acção indirecta do inimigo" - já que este não estava, fisicamente, no local, a accionar o disparador.

Entre nós, o Estado é useiro e vezeiro na interpretação dos factos e leis pelo lado mais desfavorável para o cidadão; ou mesmo, em impor ao sector privado obrigações a que ele próprio se escusa. Bom exemplo é o caso dos funcionários públicos, que só muito recentemente tiveram um regulamento dos acidentes e doenças em serviço regulamentados de modo satisfatório, ou seja, de modo semelhante ao pessoal do sector privado.

Estas diferenças reflectem-se naturalmente na vida associativa. Quando se discute a questão do DL 134/96, sem dúvida

que se discute a resolução da desigualdade criada entre DFA; mas, para os não-DFA, trata-se de uma discussão entre privilegiados.

Está fora de causa a perda de direitos e garantias tão duramente conquistadas pelos DFA; mas não devem esmorecer as lutas pelos demais deficientes, que não podem resumir-se a enquadrá-los no DL 43/76. A solução passa pelo esbater das diferenças entre deficientes militares, baseando-nos na especificidade militar; aplanar as divergências é contribuir para a integração da família militar, de que os deficientes, voluntariamente ou não, fazem parte.

Tal questão deve estar sempre presente nas reivindicações legislativas, nomeadamente na redacção de um futuro Estatuto do Deficiente Militar. Se estamos hoje inseridos numa sociedade mais justa, e se pretendemos ter umas Forças Armadas que sejam um instrumento privilegiado da nossa acção externa, é bom que se não esqueçamos as lições do passado. •

Nuno Santa Clara

A advogada responde

Excesso de legítima defesa

"O meu marido há muito que sofre de stress de guerra, doença que nunca lhe foi reconhecida. No mês passado, durante uma das frequentes discussões com o nosso vizinho do rés do chão, também ex-combatente, quando este se preparava para lhe dar um murro na cara, o meu marido feriu-lhe uma mão com uma navalha que traz sempre consigo, provocando-lhe ferimentos ligeiros.

O nosso vizinho apresentou queixa na PSP. O que é que poderá acontecer?"

Uma vez apresentada queixa na PSP, a mesma será enviada aos Serviços do Ministério Público junto do Tribunal da Comarca competente, onde se iniciará um inquérito com vista a apurar se existem ou não indícios suficientes da prática de um crime previsto e punido pelo Código Penal Português e de quem foi o seu agente.

Se os indícios forem considerados suficientes, será deduzida acusação pelo Ministério Público, seguindo o processo para julgamento, antecedido ou não da fase de instrução.

Em todas as fases do processo o arguido tem direito a ser assistido por um defensor a fim de melhor assegurar a sua defesa.

De acordo com os factos que nos relata, parece haver indícios da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido no artigo 143º do Código Penal, ao qual corresponde uma pena de prisão até três anos ou pena de multa.

O referido crime tem natureza semi-pública, pelo que poderá haver desistência de queixa por parte do ofendido até à publicação da sentença da 1ª instância, desde que não haja oposição do arguido.

Levando em consideração as circunstâncias relatadas, poderá o seu marido eventualmente alegar que agiu em legítima defesa porquanto terá agido sob ameaça de uma agressão física iminente por parte do queixoso.

No entanto, e mesmo que assim seja, pode o Tribunal considerar que o meio de defesa empregue (arma branca) é excessivo face à ameaça de que era alvo (um murro) por não ter escolhido entre os vários meios eficazes de defesa de que dispunha, o menos prejudicial para o atacante, tendo empregue um meio de defesa para além dos limites necessários à manutenção da sua integridade física.

Nesse caso, o arguido é punido com a pena aplicável ao crime especialmente atenuada, podendo mesmo não sofrer qualquer punição se o Tribunal considerar que o excesso resultou de perturbação, medo ou susto, não censuráveis. •

Inês Soares de Castro

DIÁRIO DA REPÚBLICA

por Helena Afonso

Pensões de Preço de Sangue

Acórdão 308/2001 - Tribunal Constitucional, de 20 de Novembro

O presente acórdão declara a **inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma constante da alínea c), do n.º 1, do artigo 11.º, do Código do IRS, na interpre-**

tação segundo a qual nela estão abrangidas as pensões de preço de sangue, previstas no Decreto-Lei 466/99, de 6 de Novembro, limitando os efeitos da inconstitucionalidade, de

modo que estes apenas se produzem a partir da publicação oficial do acórdão, com ressalva das situações litigiosas pendentes.

Nota: Ver ELO de Dezembro de 2001, páginas 15 e 20.

Salário Mínimo Nacional

Decreto-Lei 325/2001, de 17 de Dezembro

Os valores da **remuneração mínima mensal, a vigorar a** partir de 1 de Janeiro de 2002, e de € 341,25 (68.410\$00) para os trabalhadores domésticos.

Actualização das Pensões

Portaria 1323-B/2001, de 30 de Novembro

O presente diploma procede à actualização das pensões de invalidez, velhice e de sobrevivência do regime geral, das pensões de outros regimes e das resultantes de doenças profissionais.

As **pensões de invalidez, velhice, estatutárias e regulamentares, do regime geral, respectivamente, iniciadas anteriormente a 1 de Janeiro de 1994 e a 1 de Janeiro de 2001, são actualizadas em 3,5% e 2,9%, para as pensões de valor igual ou inferior a € 1546,27 (310.000\$00) e acima de € 1546,27 (310.000\$00).**

Da actualização destas pensões cujo valor seja igual ou superior a € 179,57 (36.000\$00) não pode resultar aumento mensal inferior a € 9,98 (2.000\$00).

O **valor mínimo das pensões de invalidez e velhice, com carreira contributiva inferior a 15 anos é de € 189,54 (38.000\$00).**

Estes valores mínimos não são aplicáveis às pensões antecipadas atribuídas ao abrigo do regime de flexibilização da idade de pensão de velhice.

As **pensões de sobrevivência, do regime geral, são actualizadas nos mesmos termos que as pensões de invalidez e velhice.**

Relativamente às **pensões do regime geral limitadas por acumulação, iniciadas anteriormente a 1 de Janeiro de 2001, são actualizadas em 3,5%.**

Quanto às **pensões reduzidas e proporcionais, também do regime geral, iniciadas anteriormente a 1 de Janeiro de 2001, a percentagem de actualização corresponde a 3,5%.**

O valor das **pensões bonificadas** corresponde a € 189,54 (38.000\$00) e da **pensão provisória de invalidez** a € 138,27 (27.720\$00).

Em relação aos outros regimes, o **valor da pensão do regime especial das actividades agrícolas é de € 170,14 (34.110\$00).** Ainda dentro deste regime, as **pensões limitadas, reduzidas e proporcionais são actualizadas em 5,6%.**

O **valor das pensões de invalidez e velhice, do regime não contributivo, é de € 138,27 (27.720\$00),** assim como o valor das **pensões dos regimes transitórios dos trabalhadores agrícolas e dos**

regimes equiparados ao regime não contributivo.

Ao **complemento de pensão por cônjuge a cargo** corresponde o valor mensal de € 29,08 (5.830\$00), sem prejuízo de valores superiores que estejam a ser atribuídos, e ao **complemento extraordinário de solidariedade, o valor de € 13,17 (2.640\$00) e € 26,34 (5.280\$00),** respectivamente para titulares de prestações com menos de 70 anos e com idade igual ou superior a 70 anos.

As **pensões por incapacidade permanente para o trabalho e as pensões por morte e por doença profissional, iniciadas anteriormente a 1 de Janeiro de 2002, são actualizadas em 3,5% e 2,9%,** respectivamente para as pensões de valor igual ou inferior a € 1546,27 (310.000\$00) e acima de € 1546,27 (310.000\$00).

O estipulado no **presente diploma produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2002,** no tocante à **actualização das pensões resultantes de doença profissional, e a partir de 1 de Dezembro de 2001** no que se refere às **restantes actualizações previstas.**



Formação Profissional para Pessoas com Deficiência

Despacho 24 146/2001, de 27 de Novembro
Ministérios da Saúde, do Trabalho e da Solidariedade, do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Reforma do Estado e da Administração Pública

«A Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (Lei n.º 9/89, de 2 de Maio) dispõe no seu artigo 10.º que «a reabilitação profissional tem por objectivo permitir à pessoa com deficiência o exercício de uma actividade profissional e compreende um conjunto de intervenções específicas no domínio da orientação e formação profissional, bem como as medidas que permitam a sua integração quer no mercado normal de emprego quer noutras modalidades alternativas de trabalho» e, por outro lado, o seu artigo 22.º dispõe que «a política de emprego deve incluir medidas, estímulos e incentivos técnicos e financeiros que favoreçam a integração profissional das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e a criação de modalidades alternativas de actividades profissionais».

Por seu lado, o Plano Nacional de Emprego indica como uma das prioridades «potenciar a empregabilidade e incentivar a inserção económica e social das pessoas com deficiência».

Da mesma forma, o Plano Nacional para a Inclusão Social considera como um dos objectivos de luta contra a pobreza e a exclusão social promover a participação no emprego, quer favorecendo o acesso a um emprego duradouro, através da criação de percursos de acompanhamento para o emprego e da mobilização das políticas de formação, do desenvolvimento de políticas que favoreçam a articulação entre a vida profissional e familiar e da utilização de oportunidades de inserção e de emprego na economia social, quer prevenindo as rupturas profissionais, desenvolvendo a capacidade de inserção profissional através da gestão dos recursos humanos, da organização do trabalho e da aprendizagem ao longo da vida.

Uma melhor inserção no mercado de trabalho e um aumento da competitividade e qualificações profissionais dependem substancialmente de uma melhoria da formação profissional inicial e ao longo da vida.

Essa melhoria de qualidade passa, em matéria de formação profissional, nomeadamente tendo em atenção as estruturas existentes, por definir os enquadramentos mais favoráveis e ou adequados nas ópticas da gestão da eficácia e da qualidade, assim como pelo aperfeiçoamento das metodologias e capacidades de formação e pela definição do sistema de certificação, por forma que satisfaçam de forma eficaz as necessidades de emprego das pessoas com deficiência.

O Governo está firmemente empenhado, em parceria com os diversos intervenientes no processo de reabilitação, em promover a orientação e a formação profissional das pessoas com deficiência e a sua integração socioprofissional por forma a poderem contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

Nesse sentido, determina-se o seguinte:

1 - É criado um grupo-tarefa para o estudo das medidas a adoptar na organização da formação profissional e das actividades de inserção socio profissional para pessoas com deficiência.

2 - O referido grupo tem a seguinte composição:

- Dr. António Maria Bustorff Dornelas Cysneiros, Secretário de Estado do Trabalho e Formação, que preside;
- Dr.º Geraldês Jorge, vice-presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional;
- Dr. Vitorino Vieira Dias, Secretário Nacional do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência;
- Um representante da Associação dos Deficientes das Forças Armadas;
- Um representante da Associação Portuguesa de Deficientes;
- Um representante da Federação Nacional das Cooperativas de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas;
- Um representante da Federação Portuguesa de Centros de Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiências.

3 - O grupo-tarefa poderá, sempre que seja conveniente e necessário, solicitar a participação de outras entidades ou personalidades.

4 - Os elementos referidos nas alíneas d) a g) do n.º 2 devem ser designados pelas organizações que representam no prazo de oito dias após a publicação do presente despacho.

5 - O grupo-tarefa reúne sempre que convocado pelo presidente, mediante comunicação a emitir pelo Gabinete do Secretário de Estado do Trabalho e Formação.

6 - O grupo-tarefa apresentará no prazo de 60 dias, contados a partir da data referida no n.º 4, o respectivo relatório.

7 - O Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência dará parecer sobre o relatório, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 225/97, de 27 de Agosto, no prazo de 30 dias.»

Já em preparação

Paralímpicos Atenas 2004

A Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD) está a desenvolver uma Campanha Paralímpica para os Jogos de Atenas, que se realizam de 17 a 28 de Setembro de 2004, na Grécia.

Aquela cidade vai receber quatro mil atletas paralímpicos naquele que será, de acordo com a organização dos Jogos, "o melhor evento desportivo de sempre, e para a qual, pela primeira vez na história dos Jogos Paralímpicos, os atletas não terão de pagar uma taxa de inscrição para poderem competir. Uma medida indispensável e que coloca em igualdade de circunstâncias atletas olímpicos e paralímpicos."

"Nas edições anteriores os atletas paralímpicos sempre representaram Portugal com a maior dignidade e os resultados alcançados colocaram o nosso País entre os principais medalhados. Só em Sydney 2000 os atletas portugueses arrecadaram 15 medalhas nas mais variadas disciplinas e é precisamente esta história de sucesso que se

pretende ver repetida em Atenas, daqui a três anos", foi realçado pelos representantes da FPDD.

"O caminho a percorrer até Atenas ainda é árduo e longo, mas para lançar a Campanha Paralímpica e respectivo ciclo de qualificação para os Jogos, a FPDD tem vindo a estabelecer parcerias para Sponsorização da Missão que representará Portugal em 2004", considera a Direcção da FPDD.

Até ao momento foram estabelecidos protocolos com algumas empresas e com as câmaras municipais de Cascais, Odivelas, Aveiro, Vila Real de Santo António e Castelo Branco.

Em Setembro último, a FPDD assinou igualmente o contrato-programa Atenas 2004 numa cerimónia que, de forma inédita, contou com a presença de três membros do governo: ministro do Desporto, ministro do Trabalho e da Solidariedade, e o Secretário Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.



No âmbito deste protocolo de cooperação, o IND e o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência atribuíram à FPDD a verba de 40 milhões de escudos para a preparação dos Atletas Paralímpicos.

"Uma verba significativa, é certo, mas que ainda assim fica aquém das necessidades reais da Federação, uma vez que o orçamento para a olimpíada ultrapassa os 80 milhões de escudos," lembra a Direcção da FPDD.

RV

Pesca Desportiva

Equipa de Lisboa treina no Maranhão

A equipa de Pesca Desportiva da Delegação de Lisboa realizou um encontro para treino dos seus pescadores na modalidade de pesca de rio, na Barragem do Maranhão, em Avis, no passado dia nove de Dezembro.

Fernando Sousa, Alberto Moreira, Jorge Neto, Paulo Neto, José Joaquim e Fernanda Moreira são já presenças habituais nesta actividade e, desta vez, a modalidade ganhou

mais adeptos, com a participação do associado Costa Pinto e esposa, ficando a perspectiva de alargamento da equipa de Lisboa.

A pescaria foi boa, com mais de 29 carpas farradas.

Esta sessão de treino efectuou-se com o propósito de adaptar a técnica dos nossos pescadores à pesca de rio/barragem, uma vez que têm participado em maior número de concursos de mar.

O encontro culminou num almoço-convívio de fim de época, com um "bela cozido à portuguesa", referiu Fernando Sousa.

O associado e pescador federado Alberto Moreira também já havia participado no III Campeonato do Mundo de Pesca Desportiva para pescadores portadores de deficiência, no Mondego, classificando-se na nona posição, com 34 pontos. Neste evento, Portugal sagrou-se campeão mundial por países,

CerciLisboa organiza

Basquetebol adaptado

O liceu D. Dinis, em Chelas, Lisboa, acolheu e colaborou numa iniciativa desportiva organizada pela CerciLisboa, no dia 23 de Novembro, onde os alunos dos 11º e 12º anos de escolaridade coordenaram as actividades de basquetebol adaptado a portadores de deficiência mental de várias instituições participantes.

O pavilhão gimnodesportivo da escola lisboeta encheu-se com cerca de quatro centenas de jovens, acompanhados pelos seus monitores, envergando a camisola distribuída para o efeito.

Divididos em dois grupos de acordo com a sua capacidade motora, os participantes fizeram exercícios de aquecimento e disputaram

alguns jogos por equipas.

"Esta ideia surgiu ao longo do ano, com a criação de um calendário de actividades, nas reuniões realizadas entre 21 instituições", referiu José Carlos Pavoeiro, que colaborou na organização do evento e que também é associado da ADF, salientando que "a organização da actividade coube, desta vez, à CerciLisboa".

Carlos Pavoeiro destacou ainda que o encontro desportivo se integra nas aulas práticas dos alunos daquela escola, onde se aplicam conhecimentos teóricos. "Esta escola é um bom exemplo em termos de acessibilidades e atitude face às iniciativas de e para portadores de deficiência, que poderá, espe-

remos, alargar-se a outros estabelecimentos de ensino", realça Carlos Pavoeiro.

As instituições participantes foram CerciLisboa, a Cercica, a APPACD (Pedralvas, Alapraia), a CerciPóvoa, a ADF, a CerciChelas, a CerciOlivais, a Elo Social, Mansão de Marvila, a Cooperativa de Pedro e a APCI-Torres Vedras.

O Secretariado Nacional para Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) e a Câmara Municipal de Lisboa também apoiaram esta iniciativa CerciLisboa e do liceu D. Dinis.

Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Manuel Alves Maio

Associado n.º 7591
50 anos
Faleceu no dia
02/09/01



Residia na Freguesia de Campeã, Vila Real. Serviu em Angola, no Batalhão de Cavalaria 3871.

Manuel Jesus Gouveia

Associado n.º 7521
53 anos
Faleceu no dia
03/07/01



Residia em Santo António da Serra, Santa Cruz. Serviu na Guiné, na Companhia de Caçadores 2571.

Manuel Santos Alves

Associado n.º 11338
60 anos
Faleceu no dia
28/08/01



Residia na Freguesia de Covões, Cantanhede. Deixa viúva Adélia Alves. Serviu em Moçambique, na Companhia de Artilharia 2722.

ficando Jorge Marques com o terceiro lugar nas classificativas, a melhor posição individual para os portugueses.

Em 2002, o Campeonato Nacional de Pesca Desportiva para Deficientes vai disputar-se, a oito e nove de Junho, no Cabeção, e, a seis e sete de Julho, no Choupalinho, Coimbra.

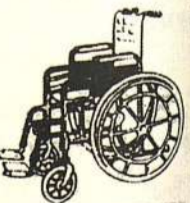
EUROPEU DE
CENTRO
ORTOPEDIA

O Centro Europeu de Ortopedia agradece a todos os deficientes das Forças Armadas e deseja Boas Festas e um Feliz Ano Novo

A Gerência

GUSTAVO MELO MENESES E VASCONCELOS

Rua Ponta Delgada, 53 • 1000 Lisboa • Tel./Fax: 21 355 57 56 • TM: 96 716 96 49



Escrevem os associados

Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações ofensivas, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados.

Dada a extensão de algumas cartas, vemo-nos obrigados a publicar apenas o essencial das mesmas, considerando sempre a data de chegada desses textos à Redacção.

Mensagem para o Manuel Carvalho 1.º GRT. FZ 21/67

O Manuel Carvalho, o "21", o "Lisboa", o "Padista", o "Tretas", morreu!

Não sei, não quero, nem posso acreditar! Todos dizem que sim! Até me provaram!

Mas o Manuel não tinha o direito de morrer! Foi-se embora, não avisou. Mas aqueles que dele gostavam, quando o encontrarem, esteja ele onde estiver, vão certamente perguntar: ó Manel, como é que pudeste fazer isto? Foste embora assim! Tão precocemente! Não avisaste! Tu não tinhas esse direito! Mas está bem! Os amigos que tu tinhas, que eram tantos, desculpam a tua atitude. Pois nós também um dia vamos abandonar quem de nós gosta da mesma forma que tu o fizeste.

Manel, ainda tenho comigo a carta em que me pedias ajuda, em que dizias que querias falar comigo.

Não deu para te ajudar na vida, não deu para falarmos mais nesta terra. Mas, amigo Manel, um dia, sei lá quando, vamos falar do assunto. Certamente no céu que é onde de certeza te encontras. Pois homens como tu não podem estar em outro lado.

Até lá, grande amigo Manuel Carvalho. •

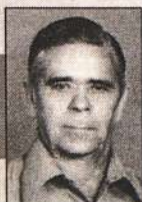
Rolando Silva "Alfama"
159/67 - 1.º GRT. FZ/DEA

Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Agostinho dos Santos

Associado n.º 8772
80 anos
Faleceu no dia
23/08/01



Residia na Freguesia do Jardim da Serra, Câmara de Lobos. Deixa viúva Silvina Jesus Pestana.

Amândio Afonso Pereira

Associado n.º 10785
52 anos
Faleceu no dia
28/06/01



Residia na Freguesia de S. Salvador de Viveiro, Boticas. Serviu em Moçambique, na Companhia de Caçadores 2555, Batalhão de Caçadores 2881.

António Aires Oliveira

Associado n.º 4824
55 anos
Faleceu no dia
11/09/01



Residia na Freguesia de Noura, Murça. Deixa viúva Lúcia Aires Oliveira. Serviu na Guiné.

António Gomes

Associado n.º 6424
55 anos
Faleceu no dia
16/10/01



Residia na Freguesia de Murte, Cantanhede. Deixa viúva Deolinda Jesus Salvador. Serviu na Guiné.

António Pardal César

Associado n.º 14905
48 anos
Faleceu no dia
01/10/01



Residia em Montijo. Deixa viúva Maria de Fátima César Martins.

Armando Silva Soares

Associado n.º 13545
51 anos
Faleceu no dia
07/11/01



Residia em Arões (S. Romão), Fafe. Deixa viúva Rosa Maria Peixoto Fernandes. Serviu na Guiné.

Francisco Antunes

Associado n.º 14384
81 anos
Faleceu no dia
21/10/01



Residia na Freguesia de Vilar Seco, Nelas. Deixa viúva Maria Gracinda da Fonseca.

João Gomes Melim

Associado n.º 5547
51 anos
Faleceu no dia
26/08/01



Residia no Funchal, Madeira. Deixa viúva Teresa Maria Freitas Melim. Serviu na Guiné, na Companhia de Caçadores 3325.

José Alves Morais

Associado n.º 2587
54 anos
Faleceu no dia
15/09/01



Residia em Baguim do Monte, Gondomar. Deixa viúva Maria Luísa Faria Morais. Serviu na Guiné, no Batalhão de Caçadores 2316.

Trevauto
Comércio, Indústria e Representações, Lda.

PUNTO



PALIO WEEKEND



MAREA WEEKEND

CONCESSIONÁRIO **FIAT**

STAND - Contactos com Francisco Galhano

Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND
Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt

E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRANDE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.

Trevauto
Comércio, Indústria e Representações, Lda.



CONCESSIONÁRIO **LANCIA**

STAND - Contactos com Francisco Galhano

Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND
Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt

E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRANDE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.



Boas Festas

António Carreiro

Quando ainda traquina via no horizonte a data mítica de 2000, afastada quase meio século, se atingisse, porque esta enormidade representada a um putó é uma distância de anos-luz, sonhava ter um Mini e uma máquina fotográfica que me haviam de acompanhar toda a vida.

No espaço tão pequeno dos últimos vinte e cinco anos, vi chegar o sumo valor do "usa e deita fora".

Qual Mini! Qual Kodak! Hoje muda-se de carro como antes de camisa e compra-se rolo com máquina incorporada ou, melhor ainda, vai-se pelo digital.

As "lamechices" do Natal também absorveram os novos valores e afinam pelo mesmo princípio do descartável.

Neste natal vá a correr às grandes superfícies; inunde-se de embalagens sem conteúdo; não perca a onda dos "kits" dos euros; ponha luzinhas dos pés à cabeça (a moda é fio unicolor); ofereça caixotes de lixo com fitinhas e pompons; pare as reivindicações por dois dias; expresse fervorosamente (exteriorize, dê visibilidade) o seu profundo insentimento pessoal a "tudo", quanto se cruze consigo; tenha especial atenção ao cão que poderá mimosear com suaves pontapés de "clic" de computador; aproveite para brincar em mais um jogo em que dizima, sozinho, centenas de inimigos e opte pela bomba mais eficaz; entre na net e mande um e-mail com dez cêntimos (que no Natal temos que ser pródigos) para matar a fome das criancinhas que só têm armas como brinquedos; esqueça as filhós e encharque-se em chocolates; meta "remédios" para os ratos e deite os políticos fora.

Chegará ao dia da epifania felicíssimo!

Sinto saudades do sonho do Mini, mas a máquina ainda funciona...

Tenha um bom Natal, não deite fora o seu vazio...Continue a consumir-se em "boas-festas"!



Director: José Diniz

Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610

E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Audiência com ministro da Defesa Nacional

A ADFA foi recebida em audiência pelo ministro da Defesa Nacional, no passado dia seis de Dezembro, numa reunião onde Rui Pena se fez acompanhar dos seus assessores para a área financeira e jurídica, Joaquim Alves e Diogo Santos. A DN da ADFA fez-se representar pelo seu presidente, Patuleia Mendes, o 1º vice-presidente, Artur Vilares e 1º secretário, Santa Clara Gomes.

A audiência teve como ponto importante a apresentação do programa e previsão de custos provisórios com a organização e logística do simpósio "Rede Nacional de Apoio", que se realizará a 21 de Fevereiro de 2002, no Instituto da Defesa Nacional.

Rui Pena enalteceu a iniciativa da ADFA, tendo assumido disponibilizar-se para apoiar, política e financeiramente, aquela realização.

Na área legislativa, para além de afirmar que estavam concluídas as negociações entre o Ministério da Defesa Nacional (MDN) e os grupos parlamentares, relativamente à proposta de lei da contagem de tempo de serviço, o ministro indicou que a sua votação seria feita ainda, previsivelmente, durante o corrente ano.

Da restante agenda da área reivindicativa, o ministro dirigiu todos os assuntos para que, com a coordenação do seu assessor jurídico, o subdirector-geral de Pessoal do MDN equacione, com a colaboração da ADFA, as prioridades da respectiva constituição em diplomas legais", informou o dirigente.

O ministro da Defesa decidiu, em primeira instância, assumir pessoalmente as questões relativas ao Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, evidenciando dar resposta à ADFA logo que estivesse de posse de dados objectivos. "Se bem que o ministro não tenha claramente fechado portas às matérias, afigura-se-me que a abertura para o seu desenvolvimento se configura selectiva e sem resolução definitiva no prazo imediato. A ADFA, porém, deve definir estratégia associativa para, colaborando, pressionar a urgência do surgimento de resultados", avançou o presidente da DN.

Face a novas propostas concernentes à

cedência das instalações da Quinta das Camélias e parte da Delegação do Porto, os processos respectivos entraram em fase de ultimateção, para que a ADFA tome posição definitiva sobre o caso.

Segundo o ministro, o nível de apoio financeiro, vulgarmente designado por subsídio, para o Orçamento da ADFA a executar em 2002, será objecto de reforço, relativamente ao dispensado no ano 2001.

Reunião com general CEMGFA

No dia dez de Dezembro a ADFA foi recebida pelo chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), general Alvarenga Sousa Santos, na ocasião em que a DN, representada pelo seu presidente, Patuleia Mendes, pelo 1º vice-presidente, Artur Vilares, pelo 1º secretário, Santa Clara Gomes, e pelo colaborador Silvério Rodrigues, lhe apresentaram os temas que constituem as principais preocupações da ADFA.

No início da audiência foi comunicada ao general CEMGFA a realização do Simpósio da ADFA sobre a "Rede Nacional de Apoio", tendo-lhe sido evidenciada a importância do evento, como "factor de análise aos constrangimentos da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Stress de Guerra, que urge operacionalizar para que, tão rapidamente quanto possível, se chegue com o despiste, tratamento e acompanhamento aos antigos combatentes e militares afectados pela doença".

O general Alvarenga Sousa Santos aceitou o convite da ADFA para se integrar no Simpósio, em momento a equacionar oportunamente.

A ADFA evidenciou as suas preocupações sobre as matérias de carácter legislativo que tardam em surgir, sendo boa parte delas medidas sem dificuldades de cariz político nem onerosas no aspecto financeiro. A dignificação do atendimento e internamento nos hospitais militares, a suspensão da aplicação aos militares do DL 503/99, a actual forma de cálculo das pensões de preço de sangue e o problema geral das promoções, foram, entre outros, os temas abordados.

Dos assuntos versados, o general indicou dever apresentar alguns deles no encontro que brevemente iria ter com o ministro da Defesa Nacional, designadamente o que concerne ao

Nota da Direcção Nacional

Por lapso da Galp, foram, no mês de Dezembro, levantados montantes superiores das contas dos associados, em relação aos consumos por eles efectuados através do sistema Galp Frota.

No dia 26 de Dezembro aquela empresa repôs nas contas indevidamente movimentadas as importâncias que havia sacado, tendo nesse mesmo dia procedido ao levantamento dos montantes correctos.

A ADFA, alheia ao sucedido, não quer deixar de apresentar as desculpas aos associados pelos incómodos que a situação lhes causou.

"ciclo fechado em que funciona o Departamento Jurídico do MDN", realçou Patuleia Mendes.

Primeiro ministro demite-se

Na sequência dos resultados das últimas eleições autárquicas, o primeiro-ministro, António Guterres, apresentou a sua demissão ao Presidente da República, que o aceitou. É provável a marcação de eleições antecipadas para o final de Fevereiro ou início de Março próximo.

O chamado "terramoto político" também atinge a ADFA, no que respeita às suas reivindicações legislativas, adiando algumas medidas consideradas urgentes.

Patuleia Mendes resume as dificuldades que a DN tem sentido na apresentação dos problemas mais prementes dos associados e dos deficientes militares em geral, referindo que "tem sido de enorme dificuldade a resolução das questões prementes da ADFA junto dos governantes da área da Defesa, dada a sua curta permanência no cargo. Senão, veja-se: no início de 2000, o indigitado secretário de Estado Miranda Calha não assume a posse, por pretensas irregularidades, desconfirmadas em processo parlamentar, o que o recoloca na Secretaria de Estado da Defesa Nacional em Setembro desse ano. Foi com esse governante que se iniciaram processos de abordagem às matérias legislativas e outras."

"Estabeleceu-se um calendário de prioridades reivindicativas da ADFA... que acabou por cair no vazio, quando o CCADFA deixou de funcionar, a partir da sua demissão", recorda o presidente da DN.

O presidente da DN refere ainda que "com Rui Pena, e não existindo secretário de Estado no Ministério, estabeleceu-se uma vez mais uma estratégia para a reivindicação legislativa e para outras áreas em que a ADFA se relaciona com aquele departamento do Estado". "Com a demissão do primeiro ministro, configura-se esta situação no diálogo, com protelamento das decisões e o lançar para as "calendas gregas" uma outra vez a resolução das questões de justiça dos nossos associados", afirma o dirigente, rematando que "os deficientes militares já estão fartos de esperar".



RENAULT

- ▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m².
- ▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
- ▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
- ▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA